

Resultado da Etapa Digital

A Etapa Digital da 1ª Conferência Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (1ª Conferência ODS) mobilizou 517 propostas de todo o país e acaba de anunciar as 327* selecionadas por votação popular. Realizada entre 1º e 20 de maio na plataforma Brasil Participativo, a etapa contou com a participação direta da sociedade civil em torno do debate público sobre a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A 1ª Conferência ODS é o principal fórum nacional de debate e formulação de estratégias para a implementação efetiva dos ODS em território nacional. Com o tema "A Agenda 2030 no Brasil: Fortalecer a Democracia e Defender os Direitos Humanos para a construção coletiva de um novo modelo de desenvolvimento sustentável", a conferência busca ampliar a participação da sociedade na consolidação de políticas públicas sustentáveis e promover o letramento cidadão sobre a Agenda 2030.

As propostas aprovadas pela Etapa Digital serão sistematizadas e irão compor o caderno nacional de proposições, que será debatido entre os dias 30 de junho e 2 de julho de 2026, em Brasília/DF, durante a Etapa Nacional da conferência. As demais, propostas que não foram submetidas na Etapa Digital e propostas não aprovadas, também estarão disponíveis em seção anexa do caderno, para que possam ser consultadas e seus temas incluídos na discussão, conforme a metodologia estabelecida.

***** *As propostas que empataram, dentro da margem da seleção de 50 propostas por eixo, serão consideradas no processo de sistematização, sendo classificadas em ordem alfabética (referente à seus respectivos códigos) para fins de organização e apresentação dos resultados.*

Confira, a seguir, as propostas na íntegra.

Eixo 1 - Democracia e instituições fortes

1. 84 votos - L117-E1-01 Efetivar, em todos estados e municípios, a participação sociopolítica e o protagonismo de crianças e adolescentes nos grêmios estudantis das escolas, nos comitês de participação de adolescentes (CPA), nos Núcleos de Participação dos Adolescentes (NUCA) e demais espaços onde são debatidas políticas públicas que lhe digam respeito.

2. 46 votos - L006-E1-01 Instituir o Fundo Nacional da Mulher a partir de destinação fiscal, com gestão transparente e participativa. A iniciativa prevê o mapeamento de ações de gênero em diferentes setores e a implementação de instrumentos de monitoramento da efetividade, subsidiando decisões institucionais e fortalecendo o controle social.

3. 41 votos - L032-E1-01 Propõe-se que, em conformidade com o ODS 16 e o reconhecimento da democracia como direito humano, atos violentos contra o regime democrático sejam considerados graves violações de direitos humanos, sujeitas a responsabilização compatível com sua gravidade, incluindo imprescritibilidade e vedação de anistia, como forma de proteção do Estado Democrático de Direito.

4. 28 votos - L120-E1-01 Propõe-se a inserção de formação e debate sobre a Agenda 2030 nos conselhos em todos os níveis, articulando educação política crítica aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 4, 5, 10 e 16), garantindo o "lugar à mesa" para jovens e mulheres nas decisões públicas e fortalecendo instituições democráticas inclusivas.

5. 26 votos - L011-E1-01 Proposta de criação de mini editais simplificados para os Fundos de Combate à Miséria, com linguagem acessível e processos desburocratizados, ampliando o acesso de pequenos projetos e organizações sociais. A iniciativa facilita a participação, promove inclusão, democratiza recursos públicos e fortalece iniciativas locais, gerando impacto social com mais agilidade e equidade.

6. 25 votos - L100-E1-01 Fortalecer os Conselhos Municipais das MULHERES, com integração entre as Secretárias de Assistência Social e Saúde para criação da CASA DA MULHER. Esta iniciativa de profunda relevância promoverá o empoderamento, independência financeira e educação sobre violências, por meio da institucionalização de ações já existentes, priorizando prevenção, transparência e participação cidadã, com articulação de políticas públicas específicas, voltadas à responsabilização de homens.

7. 24 votos - L094-E1-01 Participar no redigir contratos de concessão em saneamento, no planejar uso de recursos e na prestação de contas, mediante infraestrutura para rotinas, monitoramentos online, conselheiros eleitos nas agências reguladoras, financiamentos de participação, liberação legal de trabalhadores em representação com contrapartida financeira e regras contra desvios de função,

representação ou recursos. Concursos públicos tempestivos, servidores estáveis e restrições às terceirizações/nomeações.

8. 21 votos - L066-E1-01 Instituir e garantir mecanismos deliberativos de participação, governança e controle social de povos originários, do campo, floresta e águas, favelas e periferias, assegurando a autodeterminação nas decisões sobre políticas, empreendimentos e processos com impacto territorial, ambiental e climático, visando prevenir, combater e reparar o ecocídio e seus impactos na saúde e nas expressões da questão social.

9. 19 votos - L013-E1-01 Criar a Política Territórios Vivos, com integração multissetorial e participação do Tribunal de Contas da União. A proposta cria núcleos locais, aprimora o Brasil Participativo (gov.br) e amplia o acesso da sociedade civil, garantindo participação com sigilo, devolutivas, monitoramento público, capacitação, governança e orçamento participativo, fortalecendo lideranças, transparência e controle social.

10. 15 votos - L088-E1-01 Incluir a disciplina da educação ambiental e o tema das ODS obrigatoriamente no currículo escolar do ensino infantil ao ensino médio.

11. 14 votos - L047-E1-01 Fortalecer a rede de proteção à mulher integrando instituições de segurança e judiciário para agilizar medidas protetivas. A proposta inclui o uso de viaturas descaracterizadas e câmeras de rastreamento de alta tecnologia em pontos estratégicos para monitorar e coibir abusos, garantindo a eficiência do Estado e a integridade feminina conforme as diretrizes do ODS 5.

12. 14 votos - L114-E1-01 Reconhecer Povos e Comunidades Tradicionais e suas organizações sociais enquanto legítimos agentes de gestão e governança territorial, para promoção de direitos, elaboração, execução e controle de políticas públicas, garantindo a sua representação em espaços de decisão, participação social e instituições públicas, a permanência em seus territórios, o manejo autônomo de seus recursos e o pleno cumprimento da Convenção 169/OIT.

13. 13 votos - L026-E1-01 Criar comissões municipais de ODS, dotadas de orçamento próprio, adequado e suficiente, que tenham representação paritária entre sociedade civil e governo, e que sejam espaços de deliberação obrigatória sobre o alinhamento das políticas e programas municipais à Agenda 2030, e garantindo a construção de políticas públicas com transparência e monitoramento popular de ações e orçamento.

14. 13 votos - L102-E1-01 Criação de um observatório, patrulha da democracia, formado majoritariamente por membros da sociedade civil, com o objetivo de fortalecer a participação cidadã, na criação, no monitoramento e implementação de políticas públicas e inovação social e no funcionamento das instituições democráticas, com transparência, divulgação dos dados e propostas de melhorias, assegurando a participação e controle social.



15. 12 votos - EMA-E1-01 Fortalecer e criar mecanismos de formação, de canais de engajamento da população, principalmente a mais vulnerável socialmente, nos diferentes níveis administrativos (estadual, municipal e federal), de forma garantir efetiva participação da sociedade na elaboração das políticas públicas e no fortalecimento de tomada de decisões de forma inclusiva e participativa.

16. 12 votos - L004-E1-01 Criar e fortalecer instâncias permanentes de desenvolvimento sustentável, como Conselhos, Fóruns e Conferências, nos entes federativos.

17. 10 votos - L089-E1-01 Implementar diretrizes nacionais para democratizar a formação de territórios participativos urbanos e rurais, desenvolvendo canais de escuta ativa; simplificando a comunicação e capacitação de lideranças, impulsionando o protagonismo juvenil; ampliando a transparência com o uso de tecnologia e inovação; promovendo a inclusão digital e consolidando instituiçõesmais inclusivas, responsivas e legítimas nos territórios.

18. 9 votos - ESC-E1-01 Instituir, em escala nacional, até 2028, um ecossistema de cidadania ativa composto por: programa de educação cidadã integrado ao currículo escolar que garanta soberania, emancipação socioambiental e econômica e decolonialidade, com mecanismos de protagonismo progressivo; conselhos territoriais deliberativos dos ODS; e canal de ouvidoria ODS, fortalecendo a democracia participativa, controle social e maior eficácia das instituições brasileiras.

19. 9 votos - L042-E1-01 Implantar uma rede de Observatórios Universitários das Agendas 2030 para monitorar a implementação dos ODS, com dados abertos e atualização periódica, produzindo relatórios que subsidiem decisões governamentais e fortaleçam a participação e o controle social.

20. 9 votos - L073-E1-01 Fortalecer a participação social — especialmente de juventudes — por meio de estratégias institucionalizadas, contínuas e inclusivas, com poder real de incidência, acesso à informação e mecanismos de prestação de contas. Inclui formação de lideranças jovens, criação de um observatório territorial para transparência com diálogo com gestoras/es, e uma rede/laboratório de apoio técnico para elaboração de políticas públicas.

21. 8 votos - L016-E1-01 Desenvolver educação para cidadania em níveis formal e social, incentivando responsabilidade individual e participação coletiva, promovendo compreensão das instituições democráticas e do controle social, por meio de projetos acadêmicos e comunitários, como simulações, debates e práticas participativas, para enfrentar as vulnerabilidades e fortalecer o direito e ampliar a inclusão e promover a equidade social.

22. 8 votos - L103-E1-01 Criar condições em que as escolas de educação básica e ensino médio desenvolvam projetos de conscientização dos ODS para engajamento da comunidade.

23. 8 votos - L113-E1-01 Implementação do plano de gestão de resíduos sólidos do município de Marituba/PA.

24. 8 votos - L134-E1-01 Criar conselhos locais municipais de participação cidadã para captura, análise, acompanhamento e direcionamento das demandas da população em diferentes setores das políticas públicas, operando em formato híbrido com reuniões presenciais e virtuais. Garantir composição paritária entre poder público e sociedade civil, transparência ativa nos encaminhamentos e devolutiva pública às demandas, fortalecendo o controle social e a confiança nas instituições democráticas.

25. 7 votos - ERR-E1-01 Fortalecer as ações da agenda 2030 por meio das entidades e grêmios estudantis, sociedade civil com o objetivo de transformar uma educação cidadã no âmbito escolar.

26. 7 votos - ETO-E1-01 Para o fortalecimento democrático e garantir a atuação cidadã, primeiro o controle social precisa ter voz e vez também e inclusive para votar pela suspensão de representações quando não houver transparência e lisura!

27. 7 votos - L001-E1-01 Implementar programas permanentes de Educação para a Cidadania e Gestão Pública, interseccionalizando meio ambiente, raça e gênero, voltadas para a realidade amazônica, integrando escolas e comunidades em um ecossistema de participação social, com foco na capacitação dos cidadãos para o controle social e a compreensão do funcionamento institucional, utilizando metodologias práticas que fortaleçam a democracia e qualifiquem a tomada de decisão coletiva e compatibilidade orçamentária.

28. 7 votos - L005-E1-01 Promover programas de capacitação cidadã, voltados para educação financeira e cidadania para que a população compreenda, com clareza, as informações contidas em portais de transparência implementados em instituições públicas e privadas, permitindo assim, um acompanhamento, em tempo real, das execuções orçamentárias dos cursos vinculados aos ODS, garantindo o controle social, a segurança ao direito à informação e combate à corrupção.

29. 7 votos - L054-E1-01 Capacitar e fortalecer líderes comunitários e instituições para promover os ODS, poder público, sociedade civil e terceiro setor Incentivar a participação cidadã, ampliar o acesso à informação e apoiar comunidades vulneráveis Divulgar ações nas mídias e por aplicativos que informem e prestem contas, fortalecendo a democracia e a Agenda 2030.

30. 7 votos - L075-E1-01 Fortalecer a participação social no ambiente escolar por meio da criação de espaços de diálogo entre escolas, serviços de saúde e comunidades, promovendo a escuta ativa e a construção coletiva de ações relacionadas aos determinantes sociais da saúde.

31. 7 votos - L078-E1-01 Criar a seção “Você na (Universidade/instituição de ensino)” no website institucional para centralizar informações sobre atividades e serviços oferecidos à comunidade externa, garantindo transparência, acesso

qualificado à informação e canal permanente de participação cidadã. A iniciativa fortalece o controle social, amplia o diálogo público e contribui para políticas mais representativas e instituições democráticas mais abertas e responsivas.

32. 7 votos - L108-E1-01 Instituir programa permanente de formação comunitária para atuação em emergências climáticas e proteção territorial.

33. 7 votos - L140-E1-01 Garantir a promoção da educação com financiamento tripartite para cidadania em níveis formal e social, incentivando responsabilidade individual e participação coletiva, promovendo compreensão das instituições democráticas e do controle social, por meio de projetos acadêmicos e comunitários, como simulações, debates e práticas participativas, para enfrentar as vulnerabilidades, fortalecer o direito, ampliar a inclusão e promover a equidade social.

34. 6 votos - EPI-E1-01 Fortalecer os Conselhos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável garantindo autonomia financeira, administrativa com jurisdição e institucionalidade da Agenda 2030 nas leis de diretrizes orçamentárias.

35. 6 votos - ERN-E1-01 Garantir a inclusão do tema dos ODS no Plano Anual de capacitação dos servidores públicos de maneira obrigatória.

36. 6 votos - L010-E1-01 Reconhecimento do dia 8 de abril como o Dia Internacional do ESG para o Desenvolvimento Sustentável, em homenagem a Kofi Annan.

37. 6 votos - L015-E1-01 Manter e ampliar a política de cotas adotadas na Conferência de 2025 em todos os processos, conferências e demais atividades no âmbito do Controle Social do SUAS assegurando às diversidades da representatividade social, territorial e política dos diferentes segmentos da assistência social.

38. 6 votos - L025-E1-01 Reforçar a presença do Estado na garantia dos Direitos Sociais-Culturais-Econômicos previstos na CF/88, melhorando a qualidade da democracia e efetivando o compromisso democrático com a igualdade, através de políticas públicas focadas nas comunidades e grupos sociais mais vulneráveis.

39. 6 votos - L030-E1-01 Fortalecer instituições democráticas por meio da descentralização do poder e da gestão territorializada, com cotas para grupos vulnerabilizados em cargos de liderança. Instituir conselhos territoriais com retorno às comunidades, utilizar equipamentos locais para escuta ativa, integrar saberes comunitários às políticas públicas e promover educação política e letramento racial, garantindo transparência, dados acessíveis e controle social pela sociedade civil organizada.

40. 6 votos - L111-E1-01 Implementar um programa permanente nas escolas públicas e comunitárias, com conteúdos sobre; funcionamento das instituições, controle social, combate à desinformação e direitos humanos.

41. 5 votos - L018-E1-01 Que o Fundo Municipal para Ações de Enfrentamento da Violência contra a Mulher seja retirado da gestão exclusiva da Secretaria de Desenvolvimento Social do município de Montes Claros e, posteriormente, seja transferido para o REVICOM, assegurando a participação efetiva da sociedade civil em sua gestão.

42. 5 votos - L022-E1-01 Instituir sistemas de desburocratização para acesso a recursos financeiros destinados ao financiamento de políticas públicas, garantindo ampliação da participação popular por meio de espaços de debate e formação de agentes multiplicadores na sociedade civil. Fortalecer a transparência, a prestação de contas e o controle social, com diálogo aberto, participativo e institucional.

43. 5 votos - L074-E1-01 Instituir comissões de participação do idoso vinculadas aos serviços de saúde e assistência social, garantindo escuta qualificada, monitoramento de políticas públicas e inclusão nos processos decisórios locais.

44. 5 votos - L132-E1-01 Instituir parcerias com instituições de ensino superior e técnico para garantir gratuidade a jovens de baixa renda e idosos (focado em habilidades e inclusão digital); oferecer material escolar para alunos ProUni e prêmio de destaque para formação no ensino médio com garantia de emprego; instituir a obrigatoriedade de grêmios estudantis livres e inserção de arte na grade curricular.

45. 4 votos - EAC-E1-01 Criar por decreto presidencial a estrutura da Secretaria Nacional, do Conselho Nacional, do Comitê Gestor e do Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e instituir programa nacional de apoio técnico e financeiro aos estados amazônicos, garantindo governança integrada de forma multinível, participação social, monitoramento de indicadores e implementação efetiva da Agenda 2030.

46. 4 votos - L002-E1-01 Implementar políticas integradas de controle da atividade minerária em regiões sensíveis, com monitoramento permanente da qualidade da água, programas de vigilância da bioacumulação de mercúrio em populações vulneráveis e adoção obrigatória de tecnologias limpas em áreas legalizadas, promovendo justiça socioambiental, proteção dos territórios e desenvolvimento econômico responsável.

47. 4 votos - L003-E1-01 Implantar ouvidorias ativas e inclusivas, garantindo a escuta qualificada de grupos vulneráveis, com canais acessíveis e participação social. Estabelecer protocolos padronizados para registro, acompanhamento e devolutiva das demandas, assegurando transparência, eficiência e resposta efetiva às necessidades da população.

48. 4 votos - L023-E1-01 Atribuir aos Conselhos Municipais e a comissão dos ODS a responsabilidade de acompanhar e monitorar a implementação das ODS. Básico (ODS 11). metas dos ODS no âmbito local, assegurando a participação social na fiscalização das políticas públicas e na avaliação dos resultados alcançados pelo município em relação aos ODS.

49. 4 votos - L062-E1-01 Promover processos contínuos de formação política e cidadã, com foco em direitos humanos, participação social e controle social, voltados especialmente para lideranças comunitárias, agricultoras (es), juventudes e povos tradicionais.

50. 4 votos - L077-E1-01 Impulsionar a campanha “Aqui Vivo, Aqui Voto” para ampliar a PEC n° 25/2012, que visa garantir o direito ao voto para migrantes, refugiados e apátridas em cargos eletivos, sendo elegíveis aqueles/as com tempo de residência de 2 anos para eleições municipais e 4 anos para estaduais e federais, destacando a participação política plena das mulheres, sobretudo negras, indígenas e LGBTQIA+.

51. 4 votos - L093-E1-01 Garantir políticas de mobilidade urbana acessível na Baixada Fluminense, com integração regional e redução de barreiras tarifárias, para ampliar o acesso da população a serviços públicos, espaços de participação social e processos democráticos.

52. 4 votos - L095-E1-01 Incentivar a divulgação de plataformas digitais para proposição de projetos de lei, incluindo uma etapa obrigatória de validação por consulta popular. A plataforma principal contará com abas de combate à desinformação. Também deve promover a educação política em escolas públicas e redes sociais, trazendo conteúdos históricos e atuais, ampliando o acesso à informação e o engajamento civil.

53. 4 votos - L115-E1-01 Implementar mecanismos que garantam a participação ativa de jovens na formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, com foco em educação cidadã e protagonismo juvenil.

54. 4 votos - L121-E1-01 Garantir a inclusão e representatividade de comunidades tradicionais, ribeirinhas, indígenas, pescadores, agricultores familiares, mulheres e população negra na formulação das políticas ambientais e híbridas.

55. 4 votos - L126-E1-01 Instituir, no âmbito municipal, o orçamento participativo como política de Estado, garantindo a ampla participação da população na definição de prioridades para pequenas e grandes obras, articulado ao fortalecimento institucional por meio da criação de comitês e convênios intersetoriais e à implementação de escolas cidadãs que funcionarão como espaços de formação, participação e devolutiva, assegurando transparência, pactuação de centros e a construção de políticas públicas em suas representatividades.

56. 4 votos - L130-E1-01 Aumento da publicidade e participação coletiva das audiências públicas.

Eixo 2 - Sustentabilidade ambiental

1. 28 votos - L080-E2-01 Criar e fortalecer redes interinstitucionais, de âmbito regional, para a colaboração em ações de extensão, em protocolos e sistemas unificados de enfrentamento dos impactos ambientais, integrando o ensino, a pesquisa e a inovação, para subsidiar políticas públicas e estratégias de desenvolvimento econômico e social.

2. 27 votos - L071-E2-01 Garantir a reforma agrária e que esta seja condicionada à produção alimentar sustentável e orgânica, priorizando agroflorestas e conectada a programas de compras institucionais governamentais. Integrar com ações de educação alimentar voltadas à redução do consumo de animais e derivados, bem como à transição de monoculturas para sistemas alimentares alternativos, enfrentando impactos no ambiente e saúde para assegurar a soberania alimentar por meio de cadeias produtivas éticas e regenerativas.

3. 26 votos - L062-E2-01 Criação de uma política pública nacional integrada voltada à consolidação da educação ambiental, ao fortalecimento da agroecologia e à recuperação dos biomas brasileiros, articulando ações educativas, produtivas e de restauração ecológica em todo o território nacional. (Tornando a educação Ambiental como disciplina obrigatória em todas as escolas públicas e privadas do Brasil, com oficinas práticas de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável) assegurando a formação de uma consciência crítica e sustentável desde a educação básica.

4. 22 votos - L011-E2-01 Proposta de incentivo à implementação de cozinhas comunitárias, hortas urbanas, composteiras e moedas sociais, promovendo segurança alimentar, economia circular e desenvolvimento local. A iniciativa fortalece redes comunitárias, gera renda, reduz resíduos e estimula práticas sustentáveis, contribuindo para inclusão social e soluções territoriais sustentáveis.

5. 22 votos - L066-E2-01 Criar a Meta 18.11 do ODS 18: “Enfrentar o ecocídio como processo racista de mercantilização da destruição massiva dos ecossistemas e das vidas dos povos do campo, florestas, águas e cidades, mediante a criação de instrumentos de prevenção, responsabilização e reparação, vinculando-o à crise climática.”

6. 21 votos - L094-E2-01 Assegurar a preservação dos recursos naturais e da biodiversidade com indicadores eficientes de acompanhamento das metas de universalização do saneamento, com substituição do coletor em tempo seco para tratamento de esgoto. No Brasil, os contratos de concessão admitem esta medida, que é altamente poluente aos recursos hídricos e prejudicial à sociedade, principalmente para os mais vulnerabilizados, ampliando o racismo ambiental.

7. 21 votos - L120-E2-01 Fortalecer, em âmbito nacional, a fiscalização, transparência e rastreabilidade das cadeias produtivas, exigindo relatórios públicos



sobre impactos, emissões e extrações; incentivar certificações, tecnologias limpas, energias renováveis, economia circular, logística reversa, redução do consumo, manejo sustentável, reflorestamento e recuperação ambiental; aplicar multas proporcionais destinadas à reparação socioambiental, ao apoio às comunidades afetadas, à educação ambiental e à participação social.

8. 20 votos - L013-E2-01 Criar a Política de Crédito de Carbono Social de repasse aos municípios que instituírem Ecopontos com infraestrutura adequada, integrados à coleta seletiva e à economia circular. Prevê remuneração por desempenho, através de créditos de carbono, redução de resíduos e garante a promoção da inclusão produtiva e remuneração para catadores, reduzindo impactos ambientais e aumentando a resiliência climática nos territórios.

9. 15 votos - L047-E2-01 Nossa ação global une sustentabilidade e segurança alimentar transformando resíduos em recursos. Através de equipes de coleta, comunidades convertem garrafas PET, latas e isopor em hortas comunitárias e artesanato. Resíduos orgânicos viram adubo, nutrindo alimentos para a população local. O projeto inclui educação escolar, capacitando cidadãos para gerar renda e combater a fome com consciência ambiental e impacto social.

10. 14 votos - ESC-E2-01 Instituir o programa estadual de mudanças climáticas garantindo apoio contínuo aos municípios e setores produtivos para implementar planos de ação climática integrados aos planos diretores e setoriais respeitando condicionantes ambientais, ecológicas, sociais e territoriais, participação multisetorial, com metas de curto, médio e longo prazo, fontes de financiamento, monitoramento transparente e fortalecimento institucional dos órgãos competentes para fiscalização e execução.

11. 13 votos - L119-E2-01 Institucionalizar inventários de ciclo de vida como instrumento de governança ambiental, integrando dados padronizados e rastreáveis sobre impactos de produtos e serviços ao longo de toda a cadeia produtiva, para subsidiar políticas públicas, rotulagem ambiental, critérios técnicos de compras e contratações sustentáveis, e estratégias de produção e consumo responsáveis.

12. 11 votos - EMA-E2-01 Criar legislação que proíba a pulverização aérea de agrotóxicos por meio de avião, drone e helicóptero criando programas de apoio técnico, educacional e financeiro para povos e comunidades tradicionais que adotem práticas agroecológicas.

13. 11 votos - L102-E2-01 Propõe-se uma política nacional de cidades verdes baseada no conceito de cidade esponja, integrando segurança hídrica e alimentar. A iniciativa inclui reflorestamento de áreas de recarga, arborização urbana, aplicação de diretrizes ambientais, certificação por indicadores de sustentabilidade, fiscalização do plano de arborização e educação ambiental adaptada. O objetivo é promover resiliência urbana, inclusão social e oferta sustentável de alimentos.

14. 10 votos - L041-E2-01 Pactuar e fortalecer as políticas públicas municipais de educação ambiental e climática, com base nas leis 9.795/1999 e 14.926/2024,

incentivando a adesão ao PPPZCM e a implementação do currículo azul, com apoio técnico e financiamento para ampliar ações permanentes e a gestão sustentável dos territórios.

15. 10 votos - L136-E2-01 Instituir diretrizes de infraestrutura verde que posicionem a cultura no epicentro da resiliência climática. Integra o restauro de biomas nativos à educação ambiental, convertendo espaços públicos em "territórios de saber e agir", valorizando saberes ancestrais para assegurar a dignidade humana e a biodiversidade local.

16. 9 votos - L008-E2-01 Programa de Monitoramento, Proteção e Recuperação: educação ambiental voltada às comunidades locais e ao turismo; regularização e fiscalização em áreas de mariscagem.

17. 9 votos - L087-E2-01 Criação de hub em economia circular para programas de educação, fomento e desenvolvimento das cadeias produtivas, garantindo o tratamento das águas e remediação dos resíduos, sua transformação em ativos econômicos, inclusão social e saúde das populações vulnerabilizadas, em parceria com atores do ecossistema sustentável (startups, indústrias, CTI e universidades), reduzindo custos logísticos e gerando renda local.

18. 9 votos - L114-E2-01 Valorizar os saberes e fazeres dos Povos e Comunidades Tradicionais, reconhecendo suas práticas ancestrais de manejo e cuidado com seus territórios, pondo fim aos processos de criminalização dessas práticas, que são, na verdade, responsáveis pelos altos níveis de conservação da biodiversidade em seus territórios e fundamentam nossa capacidade de adaptação e resiliência climáticas.

19. 8 votos - L042-E2-01 Transformar a universidade em referência prática de sustentabilidade, por meio da implementação de laboratórios vivos e do fortalecimento do conceito de campus sustentável. Isso envolve o uso de unidades experimentais para demonstrar cadeias produtivas sustentáveis, além da melhoria da gestão de resíduos. A proposta também incentiva a articulação com comunidades locais, promovendo impacto regional positivo e resiliência climática.

20. 8 votos - L072-E2-01 Promover a responsabilidade das cadeias produtivas locais sobre seus resíduos orgânicos, com apoio do Estado na implantação de sistemas de compostagem e aproveitamento energético (biogás). Aliado à educação ambiental e à reeducação alimentar, o modelo transforma resíduos em insumos que retornam à produção, reduzindo impactos, emissões e custos, e fortalecendo a economia circular, a segurança alimentar e a sustentabilidade.

21. 8 votos - L088-E2-01 Integrar produção e conservação por meio de sistemas agroflorestais, recuperação de solos, diversificação de cultivos, criação de áreas verdes e controle de espécies exóticas invasoras, incluindo meios para que não haja contaminação em áreas de preservação ambiental.



22. 7 votos - ESE-E2-01 Aprimorar as Políticas Públicas sobre Economia Circular e Gestão de Recursos Hídricos, focando principalmente no grande gerador de impacto ambiental (agricultura e indústria de grande porte), através da obrigatoriedade da rastreabilidade da Logística Reversa e Metas de Redução de captação de água e aumento de reuso hídrico industrial.

23. 7 votos - L004-E2-01 Mapear boas práticas alinhadas aos ODS da Agenda 2030 em instituições de ensino básico e superior, bem como em âmbitos municipais e regionais. Tais iniciativas, integradas aos pilares de ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão, deverão consolidar um sistema voltado à disseminação de soluções em diversos contextos municipais.

24. 7 votos - L107-E2-01 Instituir um Sistema Nacional de Transição Agroecológica para fortalecer cadeias produtivas sustentáveis, por meio do incentivo a sistemas agroflorestais com espécies da sociobiodiversidade, visando conservar a biodiversidade, reduzir impactos climáticos e ampliar a segurança alimentar nos territórios.

25. 7 votos - L134-E2-01 Implementar programa nacional de coleta de resíduos orgânicos compostáveis em modelo de cooperativismo, inspirado na experiência dos catadores de recicláveis. Os resíduos seriam transformados em adubo natural certificado e comercializado, gerando renda às comunidades envolvidas, reduzindo emissões de metano em aterros e fortalecendo a economia circular. Articular parcerias entre municípios, cooperativas e produtores rurais para garantir escala e sustentabilidade financeira.

26. 6 votos - L124-E2-01 Implementar, até 2028, programa municipal de educação ambiental nas escolas urbanas e rurais, com uso de ferramentas digitais para monitoramento da qualidade da água e gestão de resíduos, incluindo a criação de 'Comitês Mirins' para o engajamento de crianças e adolescentes.

27. 5 votos - EPA-E2-01 Implementar programa estadual integrado que recupere áreas degradadas, combata o desmatamento, regularize imóveis rurais e estruture cadeias da sociobioeconomia e economia circular, conectando entidades públicas e privadas em todas as esferas e setores, utilizando financiamento público e privado, ferramentas e suporte técnico adequadas para gestão, monitoramento e controle, garantindo logística reversa inclusiva para produção sustentável local e resiliência climática.

28. 5 votos - EPI-E2-01 Incentivar e ampliar programas de preservação e restauração da caatinga e cerrado, integrando assistência técnica agroecológica, educação rural e pagamento por serviços ambientais para apoiar agricultores familiares e cadeias produtivas sustentáveis.

29. 5 votos - L010-E2-01 Valorização de cases práticos como instrumentos de aceleração da agenda ESG, destacando experiências empresariais e iniciativas de impacto.

30. 5 votos - L027-E2-01 Implantação de cooperativas para coleta de resíduos sólidos e têxteis na região do polo de confecções do agreste com incentivos ao Estado, municípios e terceiro setor, atrelando a isso educação ambiental nas escolas, associações e nas comunidades em geral.

31. 5 votos - L070-E2-01 Criar mecanismos no âmbito municipal que possibilitem a transição do modo convencional de produção agrícola para a agroecologia e sistema agroflorestal.

32. 5 votos - L078-E2-01 Implementar plataforma colaborativa integrada a observatórios universitários para mapear, monitorar e incentivar iniciativas sustentáveis nas cadeias produtivas, com dados abertos, participação cidadã e mecanismos de financiamento e reconhecimento. A ação fortalece a preservação dos recursos naturais, a proteção da sociobiodiversidade e a resiliência climática nos territórios.

33. 5 votos - L089-E2-01 Fomentar a criação de unidades de conservação particulares por meio de incentivos fiscais com compensação ambiental visando ampliar corredores ecológicos e garantir segurança hídrica.A iniciativa visa integrar a implantação e implementação de centros de Educação Ambiental baseados na permacultura fortalecendo práticas sustentáveis de conservação da biodiversidade e a formação de sujeitos críticos comprometidos com a sustentabilidade socioambiental.

34. 5 votos - L093-E2-01 Implementar campanhas permanentes de educação ambiental nos territórios, com ações de conscientização sobre preservação dos recursos naturais, proteção da biodiversidade e práticas sustentáveis. As campanhas devem envolver escolas, equipamentos públicos, organizações sociais e moradores, fortalecendo a responsabilidade coletiva e a resiliência climática local.

35. 5 votos - L131-E2-01 Instituir mecanismos de valorização dos catadores de materiais recicláveis por meio do reconhecimento e remuneração adequada dos serviços ambientais prestados aos municípios e a cadeia produtiva da reciclagem, o que fortalece a logística reversa e a economia circular e a resiliência climática.

36. 5 votos - L141-E2-01 Promover educação ambiental não formal em espaços urbanos como territórios educativos, com práticas participativas, acessíveis e inclusivas, voltadas a áreas verdes, agroflorestas, hortas e gestão de resíduos, priorizando territórios vulneráveis e integrando estratégias de convivência e fortalecimento de vínculos, para fortalecer a cidadania, a sustentabilidade, a resiliência comunitária e o cuidado coletivo com o ambiente urbano.

37. 4 votos - EAC-E2-01 Criar um programa de “Nova economia circular da floresta” através dos eixos temáticos da conservação, geração de renda, redução de emissões, proteção das águas, geração de energia limpa, fortalecimento de territórios e cadeias, infraestrutura verde, polo de bioindústria da floresta (pequenas fábricas regionais, óleos essenciais, cosméticos naturais, alimentos processados), incentivos fiscais, sistema digital de rastreabilidade e inovação tecnológica.

38. 4 votos - ERR-E2-01 Implantar a Permacultura em área de risco, visando promover a sustentabilidade, biodiversidade e a resiliência das comunidades.

39. 4 votos - L005-E2-01 Incentivo às ações com princípios agroecológicos e economia circular pelas populações, por meio de políticas públicas e educação ambiental.

40. 4 votos - L009-E2-01 Efetivar a participação da cultura e dos conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e comunidades de matriz africana, garantindo os direitos humanos, nas políticas públicas de promoção da sustentabilidade ambiental, de educação, prevenção, mitigação e adaptação dos impactos de desastres e emergências ambientais e sanitárias, como estratégia de resiliência e promoção do bem viver.

41. 4 votos - L015-E2-01 Fortalecer o SUAS e a Força Nacional de Proteção do Sistema Único de Assistência Social - FORSUAS, diante da gestão integral de riscos e desastres e, consequentemente, a capacidade do Estado brasileiro de proteger vidas, reduzir desigualdades e promover respostas rápidas, humanas, eficazes e sustentáveis.

42. 4 votos - L016-E2-01 Fortalecer a implementação dos planos locais de adaptação climática, com prioridade para soluções baseadas na natureza e incentivo à educação ambiental climática no ensino infanto-juvenil, com fundamento na ecologia integral.

43. 4 votos - L033-E2-01 Criação de Política Nacional de ESG, com o objetivo de estabelecer diretrizes para adoção de práticas ambientais, sociais e de governança pelas empresas, promovendo sustentabilidade, transparência, responsabilidade corporativa e alinhamento às exigências internacionais.

44. 4 votos - L056-E2-01 Implementar instrumentos efetivos de controle ambiental dos corpos hídricos, especialmente dos mananciais, fortalecendo a governança socioambiental, restauração ecológica e saneamento básico integral, com educação e gestão ambiental comunitária, promovendo regeneração de territórios, combate ao desmatamento e recuperação de áreas degradadas, com agricultura regenerativa, manejo sustentável, SbN, economia circular (5Rs), participação social, valorização cultural, financiamento inclusivo, transparência, responsabilidade nas cadeias produtivas e alinhamento aos ODS.

45. 4 votos - L074-E2-01 Implementar ações de educação ambiental voltadas à população idosa, promovendo práticas sustentáveis, uso consciente de recursos naturais e ambientes saudáveis como estratégia de prevenção de doenças.

46. 4 votos - L075-E2-01 Promover a integração entre educação ambiental e saúde no ensino médio, por meio de atividades nos territórios que abordem a relação entre condições ambientais, qualidade de vida e saúde, contribuindo para a redução de vulnerabilidades socioambientais.

47. 4 votos - L106-E2-01 Implementar políticas integradas de conservação na Amazônia, priorizando alternativas à construção de barragens acima de 10 MW, com incentivo a tecnologias energéticas, sanitárias, educacionais e de comunicação voltadas às comunidades locais. Fortalecer o monitoramento dos impactos de rodovias e áreas alagadas, a fiscalização ambiental e a valorização econômica da reserva legal por meio de serviços ambientais.

48. 4 votos - L112-E2-01 Financiamento com juros reduzidos para práticas agrícolas sustentáveis, substituindo corte e queima por sistemas agroflorestais, promovendo segurança alimentar e resiliência climática. Integrar a abordagem dos ODS baseada no tripé do Relatório Brundtland, fortalecendo cadeias produtivas de valor agregado, conhecimento local e educação para consumo consciente, visando internalização de riqueza, sustentabilidade e qualidade de vida no território.

49. 4 votos - L113-E2-01 Implementar programas de empreendedorismo feminino com abordagem adaptada às condições sociais e familiares das mulheres, incluindo capacitação, apoio técnico e incentivo financeiro, instituindo bolsa-formação vinculada à participação mínima de um ano e plano de acompanhamento contínuo, com prioridade para mães atípicas e mulheres vítimas de violência, garantindo condições efetivas de participação, autonomia financeira e inclusão social.

50. 4 votos - L138-E2-01 Promover cadeias produtivas sustentáveis com rastreabilidade e uso responsável dos recursos naturais, integrando bioeconomia, logística reversa, educação ambiental, implementando práticas de preservação como corredores ecológicos, proteção de manguezais, gestão de resíduos, o fortalecimento da biodiversidade e a resiliência climática com governança regional e participação social, alinhados aos ods 6, 7, 11, 12, 13, 14 e 15, considerando as vocações locais.

51. 4 votos - L140-E2-01 Estabelecer integração de dados e recursos entre órgãos públicos nas esferas administrativas, viabilizando controle, monitoramento e responsabilização da cadeia produtiva. Propõe-se incentivos fiscais e tributários para assegurar conformidade ambiental, fortalecer a gestão de resíduos e promover a economia verde, circular e solidária, aliada à comunicação científica e à educação ambiental contínua desde a primeira infância, envolvendo escolas, famílias e comunidades.

Eixo 3 - Promoção da inclusão social e o combate às desigualdades

1. 77 votos - L117-E3-01 Assegurar condições segurança e saúde, inclusive mental, das crianças e adolescentes nas escolas por meio de políticas prevenção de trabalho infantil, bullying, violência sexual e demais formas de violência que se manifestam nas escolas, com identificação dos casos, acolhimento e acolhimento psicossocial, além de campanhas de conscientização e fortalecimentos do programa saúde na escola, dentre os programas e projetos.

2. 71 votos - L007-E3-01 Articular a Rede de Proteção para identificar e atender crianças e adolescentes vítimas de trabalho infantil e incluir adolescentes vulneráveis (incluindo povos originários e quilombolas) em programas de aprendizagem profissional, no setor privado e na administração pública, garantindo a participação e o protagonismo infantojuvenil, bem como mecanismos de priorização das cotas para aprendizes adolescentes.

3. 25 votos - L031-E3-01 Ampliar o financiamento de iniciativas de inclusão cultural, educacional e esportiva, assegurando equidade territorial, com adoção de fluxos administrativos prioritários para projetos voltados a pessoas com deficiência e efetividade de direitos constitucionais em projetos intersetoriais, ainda que não tenham como foco principal a inclusão.

4. 23 votos - L080-E3-01 Implementar programas contínuos de extensão através da criação de incubadoras sociais que incluam e possibilitem a participação ativa de grupos vulnerabilizados social e economicamente na construção de soluções e no fortalecimento de redes locais promovendo, em parcerias com instituições públicas e privadas, ações no sentido da redução das desigualdades nos territórios urbanos e rurais.

5. 22 votos - L011-E3-01 Criar política integrada de valorização das mulheres, com plataforma digital de inclusão produtiva que amplia acesso a mercado, renda e autonomia financeira, aliada à formação em empreendedorismo, tecnologia e setores estratégicos, com cotas de 5% para mulheres na construção civil para o PMCMV. A iniciativa fortalece a rede de apoio, lideranças femininas, saúde mental, segurança e autonomia.

6. 22 votos - L120-E3-01 Propõe-se integrar a coleta de dados sobre violência de gênero, machismo e misoginia entre ONGs, instituições públicas, academia e movimentos sociais. A iniciativa visa consolidar e padronizar informações para gerar evidências que fortaleçam a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas mais eficazes e inclusivas, alinhadas aos ODS 5 e 10.

7. 20 votos - L094-E3-01 Que os municípios e estados assegurem canais com a participação social que possam considerar indicadores de peso das proposições



apresentadas em audiência públicas, de modo ampliar o acesso e garantam a participação social efetiva e mensurável, assegurando que contribuições influenciam decisões, especialmente em concessões de saneamento, pois processos conduzidos sem considerar a participação social fragilizam a inclusão e ampliam desigualdades.

8. 18 votos - L013-E3-01 Criar a Política Nacional de Autonomia Econômica e Inclusão Produtiva que promoverá a saída sustentável da pobreza ao integrar transferência de renda, capacitação e acesso ao trabalho e crédito. Focada em mulheres e na população vulnerável, fortalece economias locais, reduz desigualdades e amplia a inclusão produtiva, garantindo dignidade, renda e oportunidades, com foco no desenvolvimento sustentável.

9. 17 votos - L047-E3-01 Criar um programa de orientação sobre sexualidade e gênero nas escolas, promovendo respeito, compreensão e combate à discriminação. A iniciativa inclui palestras, rodas de conversa e participação das famílias e da comunidade escolar. Também incentiva projetos educativos e campanhas, contribuindo para a redução do preconceito e o fortalecimento da inclusão social de pessoas LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade.

10. 15 votos - L066-E3-01 Implementar políticas antirracistas de proteção social e ambiental, assegurando a demarcação de terras, titulação de moradias e a autodeterminação de povos originários, comunidades tradicionais, periféricas e populações atingidas por empreendimentos, visando garantir direitos e reconhecer saberes frente ao ecocídio, defendendo sua tipificação como crime contra a humanidade e assegurando a responsabilização dos infratores e a reparação histórica.

11. 13 votos - L042-E3-01 Fortalecer a extensão como política de educação em direitos humanos de inclusão social consolidando o papel da universidade como agente de transformação social e promotora do desenvolvimento sustentável nos territórios.

12. 13 votos - L048-E3-01 Fortalecer a rede de proteção com ampliação do art. 22 da Lei Maria da Penha, criação de grupos reflexivos para agressores e implementação da Lei 14.164/21 nas escolas. Aprovar a PL da misoginia, regulamentar redes sociais, garantir Delegacias da Mulher e Ronda Maria da Penha 24h, instituir Secretarias Municipais da Mulher e condicionar repasses à efetividade no monitoramento dos casos.

13. 12 votos - EMA-E3-01 Desenvolver plataforma digital para Rede de Políticas Sociais, transversalizadas ao Cadúnico e SUS, integradas ao Trabalho, Educação, Agricultura, Direitos Humanos e demais Políticas Públicas para o Público Prioritário.

14. 12 votos - L106-E3-01 Garantir a participação efetiva das comunidades amazônicas nas decisões sobre rodovias e hidrelétricas, com escutas realizadas nos territórios, respeito aos conhecimentos tradicionais e incorporação das demandas às políticas públicas. Consolidar a proteção territorial, promover alianças entre os

povos e padronizar protocolos de consulta, acompanhamento socioambiental e monitoramento das condições de saúde das populações impactadas.

15. 11 votos - ESC-E3-01 Instituir a obrigatoriedade de representantes de grupos priorizados em conselhos municipais, assegurando acessibilidade e capacitação contínua, escuta qualificada com devolutiva obrigatória do Executivo e registro sistemático de demandas, com monitoramento por indicadores de impacto social garantindo que o ODS 10 se converta em resultados concretos, promovendo governança participativa, transparente e efetivamente transformadora.

16. 11 votos - L079-E3-01 Reconhecer, fortalecer e fomentar instituições, com protagonismo territorial dos territórios de favelas e comunidades urbanas, valorizando práticas e saberes da sociedade civil, da educação e educadores populares para incidir na publicização e promoção de direitos públicos e ampliação da agenda, conectadas às realidades e demandas de cada território.

17. 10 votos - L102-E3-01 Estruturação de políticas públicas intersetoriais e interseccionais, continuadas e participativas, por meio de pacto federativo, voltado à execução de ações diagnósticas e direcionadas a diminuir disparidades nos territórios e entre os territórios, garantindo serviços básicos para todos, sobretudo em áreas vulneráveis, favorecendo a inclusão, a justiça social, equidade e o combate às desigualdades.

18. 9 votos - L037-E3-01 Criar Centros de Apoio ao Neurodesenvolvimento no SUS, oferecendo terapias multidisciplinares intensivas e individualizadas (fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia e terapia ocupacional), garantindo atendimento regionalizado, de forma contínua, em todas as fases da vida. Assegurar acesso ao diagnóstico precoce e ao desenvolvimento pleno de pessoas autistas, por meio de equipes especializadas e suporte integral às famílias em todas as regiões do país.

19. 8 votos - L026-E3-01 Garantir orçamento adequado e suficiente para a política de cuidado, a política de resposta ao HIV e AIDS, a política de tuberculose e a política de saúde LGBTQIAPN+, assegurando a integralidade, a descentralização, os espaços de participação ativa e significativa da sociedade civil na definição das prioridades, diretrizes, programas e ações a serem realizadas, bem como nos processos de planejamento, monitoramento e avaliação dessas políticas, como estratégia de enfrentamento às desigualdades.

20. 8 votos - L041-E3-01 Aplicar as políticas nacionais vigentes, com a pactuação entre estados e municípios, envolvendo os três poderes, garantindo plena acessibilidade, equidade e inclusão de todas as diversidades humanas.

21. 8 votos - L118-E3-01 Garantir a inclusão efetiva das pessoas em trajetória de rua por meio da ampliação do acesso à moradia digna, saúde integral, assistência social, educação e geração de renda também garantindo a sua presença nos planos de contingência de emergências climáticas através das políticas públicas como

grupo prioritário focado nos recortes de gênero, raça e extrema vulnerabilidade, eliminando a extrema pobreza até 2030.

22. 8 votos - L134-E3-01 Promover programa de alfabetização digital para públicos minorizados em territórios periféricos, com instalação de laboratórios digitais em equipamentos públicos acessíveis (escolas, CRAS, bibliotecas). Oferecer formações de conteúdo básico ao avançado, bolsas de incentivo à participação e permanência, e acompanhamento pedagógico. Priorizar mulheres, pessoas idosas, juventude periférica e comunidades tradicionais, reduzindo a exclusão digital como vetor de desigualdade.

23. 7 votos - L136-E3-01 Garantir o Direito à Realidade via acesso universal à cultura, assegurando que pessoas com deficiência e idosos sejam autores das políticas públicas. Prioriza comunicação acessível e turismo inclusivo como vetores de equidade, rompendo barreiras de isolamento para consolidar a participação social plena.

24. 7 votos - L140-E3-01 Instalar PEVs para coleta de tampinhas de plásticas, destinadas à reciclagem e transformação em tábuas de transferência. A iniciativa combate a desigualdade e as barreiras atitudinais, unindo sustentabilidade e inclusão. Promove acessibilidade para pessoas em cadeiras de rodas em carros de aplicativo e espaços públicos e privados, com parcerias, engajamento comunitário, conscientização ambiental e impacto positivo na mobilidade urbana.

25. 6 votos - L001-E3-01 Promover o letramento nos territórios (cidade, campo, águas e floresta), com foco nos direitos e nas políticas existentes, com garantia de orçamento e recursos fora do teto de gastos. Sendo implementado por meio de escuta ativa, ampla, diversa e itinerante, fortalecendo a participação social. As demandas desse processo devem orientar a construção de políticas públicas mais inclusivas, conectadas à realidade social, cultural, socioambiental e educacional.

26. 6 votos - L005-E3-01 Promover a coleta de dados de alta qualidade e detalhados por raça, etnia, gênero, idade, deficiência e sexualidade para mapear “os(as) invisíveis” e direcionar políticas públicas eficazes em diversos segmentos: educação, saúde, qualidade de vida com acesso de acordo com as ODS’s 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 10, 11 e 18.

27. 6 votos - L010-E3-01 Incorporação do ESG como oportunidade estratégica no conceito ampliado de prosperidade, com ênfase no engajamento da juventude e na estruturação de disciplinas formais em instituições de ensino.

28. 6 votos - L023-E3-01 Centros Municipais de apoio às mulheres em situação de violência doméstica.

29. 6 votos - L073-E3-01 Criar mecanismos permanentes de participação social, que garantam acessibilidade e representação plural, inclusive das juventudes, em sua composição e funcionamento, incorporando uma abordagem territorializada.

Esses mecanismos devem promover educação em direitos humanos para garantir condições de participação e controle social.

30. 6 votos - L089-E3-01 Ampliar e diversificar os canais de escuta ativa, de participação popular, para garantir a efetiva participação dos grupos priorizados pelas políticas públicas, fortalecendo o direito à cidadania considerando as peculiaridades de cada território.

31. 6 votos - L091-E3-01 Garantir o direito integral à saúde, contemplando a atenção especializada das comunidades tradicionais urbanas e rurais por meio de atendimento multi e interprofissional e pelo acesso a mecanismos de promoção e de prevenção de saúde, a exemplo das academias da saúde e outras estruturas de esporte e lazer.

32. 6 votos - L138-E3-01 Garantir inclusão social dos grupos priorizados por meio de conselhos participativos, programas de capacitação e segurança alimentar, com hortas comunitárias e valorização cultural, integrando políticas de saúde mental e empregabilidade, ampliando acesso a serviços e mobilidade, promovendo a justiça social, com equidade e efetivo combate às desigualdades, alinhados aos ODS 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 10, 11, 18.

33. 5 votos - EPA-E3-01 Criar programa itinerante de políticas construtivas nos territórios, priorizando: campo, florestas e águas, quilombolas, extrativistas, agricultura familiar, povos tradicionais de matrizes africanas e terceiros, povos originários urbanos e rurais, PCDS, pessoas privadas de liberdade e egressos, LGBTQIAPN+, pessoas em situação de vulnerabilidade social e profissionais do sexo. Executado por governos e movimentos sociais, com recursos públicos e privados, assegurando acesso à informação, escuta ativa e influência real nas decisões.

34. 5 votos - L004-E3-01 Fortalecer serviços e quadro de servidores públicos — em saúde, educação, segurança e assistência social — visando consolidar canais de escuta, como conselhos, ouvidorias e agentes territoriais. Essa estratégia inclui a estruturação de ações itinerantes de mobilização e formação, em parceria com movimentos sociais, universidades e instituições de ensino (MST, EFA e EB), formando educadores populares/multiplicadores para assegurar a efetiva representatividade social.

35. 5 votos - L065-E3-01 Implementação de uma rede de cuidados integrais com a criação de creche municipal, Unidade de Saúde da Família (PSF) com pediatria fixa e o Centro de Atenção à Pessoa Idosa (Casa do Idoso).

36. 5 votos - L077-E3-01 Estabelecer um plano nacional para mulheres racializadas migrantes, refugiadas e apátridas, com enfoque interseccional, incluindo trans e travestis. Garantir orçamento, proteção e atendimento especializado às vítimas de violência de gênero, assegurando que essas populações e suas famílias tenham acesso à moradia, educação, trabalho, geração de renda, saúde, assistência social e erradicação do trabalho análogo à escravidão.

37. 5 votos - L088-E3-01 Fortalecer o artesanato e cultura ligado à pesca artesanal como ferramenta de geração de renda , sustentabilidade e preservação do ecossistema marinho e costeiro, criando o programa municipal de fortalecimento da pesca e do artesanato tradicional e qualificar a gestão sociocultural com ações e compensações.

38. 5 votos - L112-E3-01 Garantir inclusão educacional a ribeirinhos por meio de políticas públicas que viabilizem transporte fluvial acessível e fomento de programas de ensino adaptados às condições insulares, com a implementação de tecnologias assistivas e favorecendo a inclusão digital e compreensão dos direitos fundamentais, assegurando igualdade de oportunidades e participação comunitária com a finalidade de reduzir as desigualdades regionais.

39. 5 votos - L125-E3-01 Instituir políticas públicas que integrem inclusão socioeconômica e ação climática, com prioridade para populações vulnerabilizadas, assegurando acesso a financiamento, capacitação e geração de renda por meio de soluções ambientais (como PSA e economia circular). Garantir participação efetiva nos processos decisórios e incorporar critérios de justiça climática e combate ao racismo ambiental nas políticas públicas, em alinhamento com os ODS.

40. 5 votos - L135-E3-01 Criar um programa de acolhimento de pessoas expostas a vulnerabilidades garantindo acesso, permanência e bem viver.

41. 4 votos - EAC-E3-01 Assegurar a implementação, urgente, da Legislação das políticas públicas de gênero, raça e direitos humanos, no país, por meio de financiamento mínimo garantido.

42. 4 votos - ESE-E3-01 Implantar um programa de inclusão e acessibilidade para PCD, garantindo acesso igualitário aos serviços públicos, capacitação de profissionais, participação social e incentivo ao mercado de trabalho, com foco na redução das desigualdades promovendo a inclusão social.

43. 4 votos - ETO-E3-01 Fortalecer a agricultura familiar e a garantia do direito à terra e ao território de camponeses, indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, além de garantir uma educação que abranja todos os processos formativos dos sujeitos sociais com inclusão social, política e econômica.

44. 4 votos - L002-E3-01 Institucionalizar mecanismos de rastreabilidade, monitoramento ambiental e assistência técnica qualificada nas cadeias produtivas amazônicas, assegurando uso responsável dos recursos naturais, redução da poluição hídrica e fortalecimento da resiliência climática.

45. 4 votos - L009-E3-01 Criar Programas Culturais de formação cidadã, com ações intersetoriais, educação ambiental, valorizando saberes comunitários e protagonismo juvenil. Garantir acesso igualitário à cultura, de forma inclusiva e acessível, promover diversidade, patrimônio, inovação e cultura de paz.

46. 4 votos - L059-E3-01 Garantir a implementação de políticas públicas integradas voltadas a mulheres em situação de vulnerabilidade, especialmente mães



solo, por meio da criação e fortalecimento de centros de apoio que promovam autonomia econômica, acesso à educação e capacitação profissional, geração de renda e inclusão produtiva, com articulação intersetorial entre assistência social, educação e trabalho.

47. 4 votos - L067-E3-01 Criação de política nacional de interiorização, inclusão e permanência estudantil no âmbito das instituições públicas de ensino superior estaduais e municipais, com respectivo fundo de financiamento, visando à redução das desigualdades regionais, socioeconômicas, de gênero, etárias, de deficiência e étnico-raciais, com enfoque na interseccionalidade no âmbito da sua efetivação e da Agenda 2030.

48. 4 votos - L070-E3-01 Promover a universalização do acesso ao ensino superior com incentivo aos grupos prioritários, como política permanente que vise facilitar o ingresso destes grupos no mercado de trabalho.

49. 4 votos - L098-E3-01 Promover a cultura como ferramenta de inclusão social, através das seguintes implementações de políticas públicas: ● Escola de Arte e Cultura integradas à rede de ensino; ● Programa de formação livre e técnica para agentes culturais comunitários, com de bolsa de estudos; ● Programa de destinação à espaços públicos ociosos para fins culturais; ● Criação de instrumentos legais que possibilitem o acesso aos recursos de Termo de Ajustamento de Conduta para a construção de museus sobre a história do povo local.

50. 4 votos - L139-E3-01 Implementar sistemas de monitoramento de dados territoriais com recortes desagregados (raça, gênero, etnia, idade e deficiência), garantindo protagonismo das lideranças locais na coleta, análise e utilização das informações para subsidiar políticas públicas inclusivas.



Eixo 4 - Inovação tecnológica para o desenvolvimento sustentável

1. 30 votos - L120-E4-01 Promover a integração entre inovação, educação e sustentabilidade por meio da implementação de políticas públicas e iniciativas institucionais que ampliem o acesso à educação tecnológica crítica e aplicada. Essa integração deve capacitar cidadãos, comunidades e gestores públicos para o uso consciente e produtivo das tecnologias, fortalecendo a autonomia social e a capacidade de desenvolvimento de soluções adequadas às realidades locais.

2. 21 votos - L062-E4-01 Criação do Programa Nacional de Agricultura Inteligente Sustentável (PNAIS), com o objetivo de incentivar práticas agrícolas sustentáveis em todo o território nacional. O programa deverá promover a redução do uso de agrotóxicos, o estímulo à utilização de matéria orgânica na produção agrícola e o uso responsável da água nos sistemas de irrigação, fortalecendo uma agricultura mais eficiente, saudável e ambientalmente equilibrada.

3. 19 votos - L011-E4-01 Instituir iniciativas federais que premiem a permanência e o desenvolvimento de meninas e jovens mulheres na área de Tecnologia da Informação, contribuindo para a redução das desigualdades de gênero, ampliação de oportunidades educacionais e profissionais e fortalecimento de competências digitais alinhadas às demandas do século XXI.

4. 16 votos - L072-E4-01 Implementação de postes e placas solares em bairros periféricos, incluindo ruas e residências do programa Minha Casa Minha Vida, e indústrias, com tecnologias desenvolvidas pelas universidades, em parceria com o poder público e a iniciativa privada, objetivando melhorar a segurança pública, gerar trabalho e renda e promover cidades sustentáveis, consumo responsável e ação climática, por meio da educação e inovação.

5. 16 votos - L094-E4-01 Institucionalizar programas de ciência cidadã a partir de financiamento estatal, com participação contínua de prefeituras na instalação/manutenção, para coleta colaborativa de dados sobre água e saneamento, aplicando ferramentas de comunicação criadas localmente, com soberania digital e participação das comunidades impactadas. Unir em plataforma nacional iniciativas populares de impacto a partir da criação de fundo de microfinanciamento para implementação dessas soluções.

6. 15 votos - L066-E4-01 Fortalecer instituições públicas e tecnologias sociais e ancestrais de territórios periféricos e comunidades tradicionais, promovendo o diálogo de saberes para a proteção da natureza. Deve-se assegurar soberania de dados via ciência cidadã, garantindo recursos e acesso tecnológico para superar desigualdades e prevenir o ecocídio, orientando a inovação para o desenvolvimento socioambiental e o bem-viver.

7. 14 votos - ESC-E4-01 Unificar ecossistemas integrando dados e territórios que conectem desafios, oportunidades e soluções, do letramento à aplicação da inovação tecnológica, satisfazendo necessidades atuais, sem comprometer as gerações futuras.

8. 14 votos - L047-E4-01 Garantir acesso à internet em comunidades vulneráveis exige soluções sustentáveis e contínuas. Propomos redes Wi-Fi gratuitas alimentadas por energia solar com sistemas de armazenamento, permitindo funcionamento em todos os horários. A iniciativa promove inclusão digital, amplia oportunidades educacionais e reduz desigualdades, utilizando tecnologia limpa e acessível para gerar impacto social duradouro e fortalecer o desenvolvimento sustentável local.

9. 11 votos - L042-E4-01 Fomentar a inovação nas IES, de forma transversal, com foco em tecnologias socioambientais e soluções aplicadas aos desafios territoriais, estimulando parcerias com empresas, governo e sociedade civil, para desenvolvimento e difusão de tecnologias acessíveis, promovendo extensão tecnológica, transferência de conhecimento e apoio a iniciativas de impacto socioambiental e desenvolvimento regional.

10. 11 votos - L087-E4-01 Criação de um hub de informação integrado (governo, sociedade civil, instituições de ensino e organizações) acessível que gerem projetos concretos com indicadores de acompanhamento, validados por impactos socioambientais positivos, com incentivo fiscal e financeiro para as organizações envolvidas na aplicação dos ODS na cidade de Salvador.

11. 10 votos - EMA-E4-01 Construir ecossistema integrado de inovação contemplando incorporar inovação aos currículos de todos os níveis de ensino, gerando cultura de inovação; democratizar acesso à tecnologia com inclusão digital sustentável, priorizando comunidades vulneráveis; e fomentar iniciativas locais via editais públicos, em parceria com os setores público, privado e não governamental — gerando pessoas preparados para desenvolver soluções alinhadas aos ODS.

12. 10 votos - L119-E4-01 Institucionalizar mecanismos públicos de validação, normalização e interoperabilidade de dados para o monitoramento dos ODS nos municípios brasileiros, promovendo plataformas abertas que integrem dados desde os produtores e territórios até os sistemas de decisão governamentais, com participação ativa da sociedade civil na produção e uso da informação.

13. 9 votos - L004-E4-01 Fomentar tecnologias sociais para gerar soluções eficazes que promovam o desenvolvimento sustentável.

14. 9 votos - L039-E4-01 Criar plataforma digital pública para mapeamento, análise e classificação das iniciativas sociais de Porto Alegre, integrando dados territoriais à Agenda 2030. O observatório funcionará como um hub de transparência e governança participativa, permitindo monitorar indicadores de impacto, otimizar a alocação de recursos públicos e fomentar parcerias estratégicas para o desenvolvimento sustentável local.

15. 8 votos - L088-E4-01 Fortalecer as cadeias da sociobiodiversidade e agricultura familiar com rastreabilidade e certificação, valorizando a produção e o conhecimento ecológico local.

16. 8 votos - L102-E4-01 Incluir o ensino do fundamento das tecnologias como percurso formativo da educação básica, com retroalimentação das ações a serem implementadas como incentivo desde os anos iniciais, tal como a criação de startups com enfoque de resolução de problemas socioambientais, formando um ecossistema de informações públicas, amplamente acessíveis e seguras.

17. 7 votos - ETO-E4-01 Criar a Plataforma Brasil de Dados Abertos para Monitoramento dos ODS, plataforma única, gratuita e em tempo real, integrando dados de ministérios, entes federados e satélites, para acompanhar cada indicador dos 18 ODS nos municípios e instituições, com uso de IA para alertar sobre metas em atraso e API aberta para que a sociedade crie soluções através dos dados.

18. 7 votos - L023-E4-01 Implantar educação ambiental e tecnologias sustentáveis de forma obrigatória no currículo escolar.

19. 7 votos - L084-E4-01 Instituir programa nacional de apoio à criação e fortalecimento de centros de formação em tecnologias sociais e digitais nos territórios, em parceria com estados e municípios, com vistas ao fortalecimento comunitário, à inclusão social e à ampliação do acesso a direitos.

20. 7 votos - L089-E4-01 Universalizar o acesso a conectividade e ao letramento tecnológico, nas regiões rural e urbana, mediante implantação de pontos gratuitos de internet, capacitação itinerante e parcerias com instituições públicas e privadas, garantindo a efetiva inclusão digital e autonomia tecnológica, promovendo o desenvolvimento sustentável.

21. 7 votos - L100-E4-01 Incentivar a IA VERDE, ponderando o uso energético e fomentando infra estruturas descentralizadas frente à hiperconcentração de datas centers. Otimizar o consumo de água e energia que contribui para enfrentar os atuais desafios sociais e ambientais, promovendo pesquisas nas cadeias produtivas das IA VERDE.

22. 6 votos - EPA-E4-01 Integrar Estado, academia, comunidades e territórios para enfrentar a exclusão digital e desigualdade de infraestrutura, estabelecendo conectividade rural e urbana e implantação de hubs regionais de inovação e plataformas de IA aplicada, por meio de diversas fontes e modalidades de financiamento, qualificando capital humano regional, fixando talentos e governando por dados, assegurando que a tecnologia responda aos desafios socioambientais de forma sustentável, territorializada e inclusiva.

23. 6 votos - L005-E4-01 Programa que integra cozinhas solidárias, quintais produtivos e compostagem para promover consumo sustentável e geração de renda em territórios vulneráveis, conforme as ODS 's 1, 2, 4, 8, 10 e 13.



24. 6 votos - L010-E4-01 O SICV Brasil (Ibict/MCTI) é o sistema público para gestão de mais de 200 inventários do ciclo de vida de produtos da economia brasileira. Propõe-se seu reconhecimento oficial como a base de dados da Política Nacional de Economia Circular (PL 5662/2025) prevista no artigo 19, evitando duplicação de esforços, garantindo eficiência e soberania informacional para o Brasil.

25. 6 votos - L050-E4-01 Utilização de placas, painéis solares em todos os próprios públicos e incentivos fiscais com redução do IPTU para os imóveis particulares que utilizarem os painéis solares ou outras formas de energia limpa.

26. 6 votos - L070-E4-01 Criação de um polo de inovação científico e tecnológico, para todas as idades em que seriam trabalhadas maneiras de solucionar os problemas locais.

27. 6 votos - L134-E4-01 Criar a plataforma pública nacional "Denuncie Agora", ferramenta de registro e comunicação cidadã para reclamações e sugestões dos usuários dos serviços públicos com georreferenciamento, envio de arquivos em múltiplos formatos e filtros temáticos por área. A plataforma reduziria a subnotificação de demandas e geraria indicadores em tempo real para a gestão pública baseada em evidências, com integração às ouvidorias municipais, estaduais e federais existentes.

28. 6 votos - L136-E4-01 Fomentar laboratórios de inovação intergeracional unindo a experiência sênior ao dinamismo juvenil sob a Agenda 2030. Utiliza gamificação para democratizar soluções sustentáveis, tratando a tecnologia como instrumento de soberania territorial e inclusão na produção de conhecimento coletivo.

29. 5 votos - EPI-E4-01 Implementar um programa integrado de inovação para a agricultura familiar no semiárido, promovendo parcerias entre universidades, centros de pesquisa e comunidades para o desenvolvimento de bioinsumos, tecnologias sociais e soluções adaptadas ao clima local, aliado à assistência técnica contínua, capacitação em gestão e uso de tecnologias agrícolas, além da adequação de sistemas de irrigação e equipamentos para uso eficiente da água e aumento da produtividade.

30. 5 votos - ERN-E4-01 Inserir os ODS nos PPAs, em todos os âmbitos, para que o orçamento público seja vinculado à Agenda 2030, atingindo cada meta por meio das políticas públicas realizadas.

31. 5 votos - ERR-E4-01 Fomentar a cadeia produtiva de pequenos produtores por meio da implantação de sistemas digitais de rastreabilidade de produtos e do uso de tecnologias inovadoras, como realidade aumentada, para agregar valor, ampliar a transparência, fortalecer a origem produtiva e promover o desenvolvimento sustentável.

32. 5 votos - L025-E4-01 Criação de editais e linhas de fomento, por parte do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMP), para a área de inovação socioecológica visando promover o desenvolvimento de projetos e empreendimentos com relação direta aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

33. 5 votos - L033-E4-01 Criação de Programa Nacional de Inovação Aplicada à Logística na Amazônia Legal, visando promover soluções tecnológicas para melhoria da infraestrutura logística, redução de custos, aumento da eficiência, integração regional e fortalecimento do desenvolvimento sustentável.

34. 5 votos - L091-E4-01 Garantir o trabalho, a renda, a autonomia e a segurança alimentar das comunidades tradicionais, por meio da criação de circuitos de economia solidária, de modo a fortalecer o comércio de produtos da sociobiodiversidade e a Educação Ambiental.

35. 5 votos - L112-E4-01 Promoção da inclusão digital e educação cidadã adaptadas às realidades socioculturais, diante do baixo acesso à informação pública que amplia desigualdades e limita a cidadania. Implementar totens inteligentes com IA e energia solar, com interação por voz e linguagem adaptativa, orientando sobre direitos, serviços públicos e ODS, fortalecendo participação social, consumo responsável e ação climática.

36. 5 votos - L124-E4-01 Desenvolver e implementar, até 2027, plataforma digital municipal voltada à proteção de crianças e adolescentes, com funcionalidades de denúncia, orientação e acesso a serviços da rede de proteção, garantindo acessibilidade e integração com os órgãos competentes.

37. 5 votos - L127-E4-01 Desenvolver um sistema web participativo onde a comunidade local possa informar as necessidades para que possam ser desenvolvidas soluções para os problemas que atingem as comunidades. Fazendo contratos com os centros tecnológicos de ensino para que, em parceria com o governo e empresas, essas soluções possam ser implementadas, gerando maior incentivo à produção tecnológica local e a criação de soluções para os problemas locais.

38. 4 votos - L003-E4-01 Promover inovação tecnológica no município com acesso sustentável; desenvolver programas educacionais com foco em tecnologia; modernizar práticas pedagógicas; criar sistemas de monitoramento para proteção e prevenção de violências; e incentivar a inovação por meio da cooperação entre poder público, universidades, escolas, setor privado e sociedade civil, alinhada aos ODS.

39. 4 votos - L014-E4-01 Criar mecanismos efetivos de reconhecimento e proteção das tecnologias sociais e saberes ancestrais como essenciais à sustentabilidade e à preservação dos biomas, garantindo sua reprodução social no seio da comunidade ao longo do tempo, por meio de: marcos legais de proteção e repartição de benefícios; soberania digital e comunicação popular; criação de

centros de saberes nos territórios; certificação de origens e processos tradicionais para produtos advindos da sociobiodiversidade.

40. 4 votos - L109-E4-01 Implantar um sistema tecnológico de captação, tratamento e reutilização de águas cinzas nas escolas, com uso de sensores, filtros ecológicos e controle automatizado. A água será armazenada e reutilizada na limpeza e irrigação. O sistema pode incluir monitoramento digital e energia solar, promovendo economia, sustentabilidade, educação ambiental e uso consciente dos recursos hídricos.

41. 4 votos - L130-E4-01 Apresentar possibilidades de uso da tecnologia para fortalecer a agricultura familiar, aumentando a produtividade com menor impacto ambiental.

42. 4 votos - L139-E4-01 Criar um hub de inovação tecnológica e saberes ancestrais, articulado com academia e território, promovendo formação profissional sustentável em áreas estratégicas e valorizando práticas tradicionais e economia local.

43. 3 votos - ESE-E4-01 Criar ferramentas digitais simples e de fácil uso, com apoio de inteligência artificial, para cartografia social, a partir de lideranças comunitárias, que permita a coleta de dados locais e apoio às políticas públicas.

44. 3 votos - L019-E4-01 Desenvolver e implementar uma plataforma digital municipal para monitoramento e gestão de resíduos sólidos, integrando cidadãos, cooperativas, setor privado e poder público. A ferramenta deverá permitir rastreabilidade, incentivo à reciclagem, educação ambiental e apoio à tomada de decisão, promovendo eficiência na gestão de resíduos e redução dos impactos ambientais no município.

45. 3 votos - L022-E4-01 Criar plataforma digital integrada a nível nacional que identifique o perfil dos usuários, ofereça trilhas práticas de capacitação em habilidades digitais e os conecte a oportunidades de geração de renda. Em etapas de diagnóstico, formação e inclusão produtiva, promove o uso da tecnologia e soluções socioambientais sustentáveis no território.

46. 3 votos - L045-E4-01 Fortalecimento dos povos tradicionais e suas expressões culturais.

47. 3 votos - L081-E4-01 Desenvolver um programa sustentável que una educação empreendedora e financeira, tecnologia e ações comunitárias, por meio da criação de um aplicativo para mapear problemas regionais, aliado à implantação de hortas em escolas e à realização de eventos com plantio de mudas, promovendo inclusão social, conscientização ambiental e apoio à gestão pública para melhorar a qualidade de vida.

48. 3 votos - L086-E4-01 Realizar um estudo com levantamento de todas as tecnologias atuais disponíveis no mundo para o transporte coletivo e sua aplicação na RMBH.

49. 3 votos - L093-E4-01 Implantar projeto de revitalização de rios desativados e áreas degradadas, com recuperação ambiental, drenagem sustentável e infraestrutura comunitária, incluindo banheiro inteligente, lazer, espaço cultural, hortas e pomar coletivo. A proposta integra inovação, educação ambiental e participação popular, promovendo redução de alagamentos, segurança alimentar, geração de renda e convivência cidadã.

50. 3 votos - L101-E4-01 Desenvolver soluções para mapeamento socioambiental por aplicativos e redes de comunicação. Formar agentes multiplicadores e integrar setores: público, privado e sociedade civil, com o objetivo de disseminar informações na comunidade. Estruturar banco de alimentos com logística eficiente, reduzindo desperdícios e utilizando técnicas inovadoras, como a irradiação de alimentos. Priorizar pessoas em vulnerabilidade social, especialmente mulheres vítimas de violência. Apoiar o cooperativismo.

51. 3 votos - L113-E4-01 Criação do Comitê Municipal dos ODS, para o fortalecimento da participação e controle social, assegurando a sua formação paritária.

52. 3 votos - L126-E4-01 Instituir, no âmbito municipal, uma política de inovação tecnológica para o desenvolvimento sustentável, baseada na criação de uma plataforma aberta e acessível que integre dados públicos. A iniciativa deve orientar investimentos e parcerias para soluções dos principais desafios socioambientais, priorizando territórios vulneráveis, ampliando a prevenção de riscos, reduzindo a desigualdade e promovendo impacto positivo na qualidade de vida da população local

53. 3 votos - L129-E4-01 Fomentar a geração de empregos verdes e a inclusão produtiva por meio da capacitação profissional, apoio a pequenos negócios e desenvolvimento de cadeias produtivas sustentáveis, garantindo acesso equitativo às oportunidades da transição energética.

54. 3 votos - L140-E4-01 Fomentar o uso coerente e eficaz de tecnologias para o desenvolvimento sustentável, mitigando seus malefícios que possam gerar desigualdades ou não beneficiar diretamente comunidades impactadas, e massificar a educação para o desenvolvimento sustentável, associada a boas práticas.

Eixo 5 - Governança participativa

1. 36 votos - L038-E5-01 Estabelecer um modelo de governança descentralizada, transversal e multinível, com regras claras, escuta territorial ativa e participação comunitária permanente, especialmente em contextos vulnerabilizados. A implementação dos ODS deve: articular parcerias e vincular recursos multissetoriais; realizar comunicação horizontal com tradução social da linguagem, valorização de práticas locais, devolutiva contínua, monitoramento participativo, formação de multiplicadores, vínculo, confiança, efetividade, afetividade e corresponsabilidade social.

2. 36 votos - L042-E5-01 Instituir Conselhos dos ODS nos níveis municipal, estadual e nacional, com composição multissetorial e caráter deliberativo, vinculados ao planejamento público, assegurando articulação entre setores, participação social efetiva e integração de políticas, com monitoramento, avaliação de resultados e transparência na implementação das agendas de desenvolvimento sustentável.

3. 20 votos - L011-E5-01 Instituir um Observatório de Governança e Integridade Federal com foco na prevenção e no combate à corrupção, promovendo transparência, controle social e monitoramento participativo da aplicação de recursos públicos, de modo a mitigar desvios e fortalecer a efetividade, integridade e qualidade das políticas públicas.

4. 19 votos - L094-E5-01 Instituir democracia participativa com poder decisório vinculante para sociedade civil e movimentos sociais, setor historicamente excluído, sub-representado e desautorizado, sobre tarifas, metas e investimentos nas políticas públicas do escopo do ODS 6, por meio de instâncias de participação paritários e fiscalizáveis. Incluir obrigatoriamente os Comitês de Bacias Hidrográficas, quando for aplicável, como instância deliberativa.

5. 17 votos - L047-E5-01 Instituir plebiscitos que permitam à população participar da decisão sobre questões de grande impacto social, em diferentes esferas do governo, democratizando espaços de ensino e promovendo eventos que incentivem a interação com as comunidades.

6. 14 votos - L066-E5-01 Instituir mecanismos de governança participativa e observatórios para prevenir e enfrentar o ecocídio, assegurando a autodeterminação de povos originários, comunidades tradicionais, favelas e periferias. Propõe-se um colegiado sociotécnico transdisciplinar e bipartite, com incidência direta no licenciamento ambiental, monitoramento e avaliação de políticas públicas, visando a prevenção, responsabilização e reparação de impactos territoriais dos empreendimentos.

7. 14 votos - L102-E5-01 Instituir conselhos dos ODS nos níveis municipal, estadual e federal, com composição multissetorial e caráter deliberativo vinculado à

secretaria de governo ou correlata, assegurando a articulação intersetorial para favorecer a integração dos ODS nas políticas públicas através da implementação das agendas de desenvolvimento sustentável.

8. 11 votos - ESC-E5-01 Instituir a Política Nacional de Governança Participativa e Multinível para a Agenda 2030, articulando União, estados e municípios em pacto com atribuições claras: União coordena diretrizes e recursos; estados regionalizam metas; municípios executam. Inclui formação prática, integração entre setores, participação social, financiamento com contrapartidas, indicadores e monitoramento público georreferenciado.

9. 9 votos - EMA-E5-01 Instituir modelo de governança dos ODS, com criação de Comitê/Conselho ODS-Clima de caráter deliberativo, paritário e intersetorial, com participação de governo e sociedade civil, por meio de controle social, participação técnica qualificada e transparência ativa, para assegurar protagonismo de povos e comunidades tradicionais, enfrentamento ao racismo ambiental e corresponsabilidade na implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

10. 6 votos - EPA-E5-01 Implantar sistema estadual multinível de governança, alinhado aos instrumentos de planejamento (PPA, LDO, LOA), emendas parlamentares e incentivos fiscais às metas dos ODS, considerando o fator amazônico, garantindo participação entre governo, setor privado, organismos de controle social e sociedade civil, com plataforma de dados abertos, possibilitando transparência orçamentária e avaliação de políticas públicas.

11. 6 votos - L006-E5-01 Aprimorar os mecanismos de participação cidadã, com linguagem especifica a cada setor, garantindo voz e vez equilibradas, traduzindo em políticas públicas que possam ser monitoradas e retroalimentadas por cada setor e cidadãos que os integram. Eis a governança real, "sem deixar ninguém para traz".

12. 6 votos - L093-E5-01 Criar Fóruns Comunitários como espaços democráticos de escuta, debate e levantamento contínuo das necessidades da população local, promovendo diálogo entre sociedade civil, comunidade e poder público na construção de políticas públicas alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

13. 6 votos - L134-E5-01 Implementar e institucionalizar Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável em todo o Brasil, à semelhança dos conselhos de saúde, educação e segurança pública, com composição paritária entre poder público e sociedade civil e ampla participação social. Os conselhos seriam responsáveis por monitorar indicadores territoriais dos ODS, deliberar sobre planos locais e articular orçamento participativo, transformando a Agenda 2030 em política pública institucionalizada nos territórios.

14. 6 votos - L135-E5-01 Criação de políticas de estímulo e formação comunitária para a agenda 2030.

15. 5 votos - EAC-E5-01 Criar um Fundo Nacional de Incentivo à Participação Social nos ODS para financiar conferências, conselhos, fóruns, consultas públicas, iniciativas comunitárias de qualificação e monitoramento dos ODS, projetos de inovação e participação cidadã focada nos ODS.

16. 5 votos - L010-E5-01 Consolidação do princípio e do Conselho Permanente de Alinhamento e Parametrização entre ESG e ODS, no âmbito do Programa ESG20+. A diretriz busca estruturar métricas, indicadores e objetivos integrados, promovendo maior coerência entre agendas e ampliando a efetividade das políticas e iniciativas sustentáveis.

17. 5 votos - L050-E5-01 Integralizar a comunicação que garanta a participação efetiva da sociedade civil nas escolhas dos investimentos com ações conjuntas e prestação de contas transparente, tendo a ouvidoria como porta de entrada das demandas.

18. 5 votos - L078-E5-01 Instituir modelo de governança participativa baseado em gestão qualificada da informação, com canais institucionais padronizados (digitais e presenciais), linguagem acessível e transparência dos processos decisórios. Implementar capacitação inclusiva, monitoramento contínuo e integração entre setores e comunidade, reduzindo assimetrias informacionais e ampliando a participação efetiva e a legitimidade das decisões alinhadas aos ODS.

19. 5 votos - L088-E5-01 Incluir no processo de licenciamento ambiental a obrigatoriedade de análise do empreendimento por comissão constituída por representantes da comunidade e poder público. Estabelecer a obrigação de empresas de médio e grande porte de usar energia solar, aproveitamento de água da chuva e outras práticas sustentáveis. Renovação de licenciamento devem passar pela comissão.

20. 5 votos - L089-E5-01 Criar conselhos intersetoriais permanentes, de forma a promover a governança participativa e transparência total através de plataformas digitais de monitoramento, integrando diversas perspectivas nas decisões e projetos e transformando metas globais em ações concretas, inclusive de impacto local.

21. 5 votos - L112-E5-01 Fomentar políticas de cooperação técnica entre os centros de ensino e de pesquisa, a fim de desenvolver escuta ativa com a comunidade, buscando soluções sob a perspectiva da sustentabilidade, que perpassa os âmbitos econômico, social e ambiental, com a finalidade de sistematizar esses dados para que o Estado efetive políticas públicas.

22. 4 votos - ERR-E5-01 Instituir instância permanente de governança da Agenda 2030 nos estados da federação, com composição paritária entre o poder público e a sociedade civil, que integre conselhos, conferências e demais fóruns participativos, garantindo a inclusão de populações historicamente marginalizadas, tais como pessoas LGBTQIA+, mulheres, povos indígenas, comunidades quilombolas, povos de terreiro, população negra, pessoas com deficiência, migrantes, refugiados, entre outros.



23. 4 votos - ESE-E5-01 Instituir mecanismo de orçamento participativo na área social, assegurando consulta direta à população para definição do destino de parte dos recursos públicos. A medida amplia o controle social, fortalece a transparência e aumenta a fiscalização cidadã sobre a gestão financeira e administrativa.

24. 4 votos - L008-E5-01 Criação de um Fórum Permanente de Participação Popular: para tratar as questões socioambiental, cultural, econômica e de saúde coletiva.

25. 4 votos - L015-E5-01 Instituir uma política de fomento para a capacitação das(os) usuárias(os), trabalhadoras(es) e gestoras(es) da política de Assistência Social.

26. 4 votos - L025-E5-01 Implementar um programa nacional de formação, garantindo letramento, apoio técnico e financiamento à participação social na Agenda 2030, com prioridade para povos indígenas, comunidades quilombolas, população do campo, periferias urbanas, pessoas com deficiência, juventudes, movimentos sociais e ONGs, assegurando acessibilidade e equidade racial e de gênero.

27. 4 votos - L035-E5-01 Realizar de forma emergencial as demarcações e homologação de todas as terras indígenas (Tis) pendentes e fortalecer a fiscalização contra invasões (garimpo ilegal e madeireiros ilegais).

28. 4 votos - L036-E5-01 Fortalecer a governança de todas as políticas públicas que envolvem a vida das mulheres em contexto de crise climática. Definir em lei a obrigatoriedade de canais de transparência das ações de todos os conselhos. Implementar observatório de monitoramento e debates nos territórios, com financiamento colaborativo, metodologia de cartografia social participativa (Mapa Falante) e adotar educação ambiental climática de forma transversal.

29. 4 votos - L059-E5-01 Instituir diretrizes para fortalecer a governança participativa na implementação dos ODS, promovendo a colaboração entre poder público, sociedade civil, setor produtivo e comunidades tradicionais, com uso de tecnologias digitais para ampliar a participação e a integração na tomada de decisões.

30. 4 votos - L075-E5-01 Fortalecer processos participativos de planejamento e acompanhamento de ações entre escolas, serviços de saúde e comunidades, promovendo a corresponsabilização e a transparência nas iniciativas voltadas à promoção da saúde e à redução das desigualdades.

31. 4 votos - L091-E5-01 Instituir e fortalecer mecanismos de controle social e governança participativa nos territórios tradicionais pesqueiros, garantindo a regularização fundiária plena das famílias e a permanência das comunidades nos seus territórios, protegendo suas identidades, modos de vida e reprodução, contra processos de especulação financeira e expulsão dos seus territórios.



32. 4 votos - L100-E5-01 Promover a criação de um sistema único, com acesso restrito, conforme a função, baseada na governança participativa, voltada ao enfrentamento da violência doméstica, e, que integre o poder público, a sociedade civil organizada e vítimas acolhidas, promovendo assim, transparência, colaboração setorial e integração de perspectiva, garantindo organização de dados, retorno das ações e decisões mais inclusivas eficazes e alinhadas às necessidades reais da comunidade.

33. 4 votos - L106-E5-01 Implementar governança participativa na Amazônia com consultas prévias, livres e informadas às populações locais antes das decisões sobre grandes obras e licenciamento ambiental. Garantir monitoramento territorial independente, com participação de indígenas, ribeirinhos e atores locais, além de estratégias de mitigação adaptadas às realidades territoriais e aos conhecimentos tradicionais, com apoio da FUNAI, Ibama, ICMBio e instituições de pesquisa.

34. 4 votos - L137-E5-01 instituir governança participativa, na forma de consórcio regional, com a participação de conselhos multissetoriais, pactos territoriais e laboratórios de "sand-box", envolvendo governo, empresas, academia e sociedade civil, objetivando decisões inclusivas, transparência, colaboração setorial, integração de perspectivas no atendimento das vocações locais, alinhado aos ODS 5, 10, 11, 16, 17 e 18, visando a efetivação de políticas públicas e desenvolvimento sustentável.

35. 3 votos - EPI-E5-01 Fortalecer conselhos territoriais com representatividade ampliada, garantindo participação efetiva de movimentos sociais e comunidades locais.

36. 3 votos - L002-E5-01 Criar zonas de processamento de produtos da sociobiodiversidade em municípios impactados pela mineração, financiando a transição econômica de trabalhadores para cadeias sustentáveis da floresta em pé, como açaí, cacau nativo, castanhas e óleos essenciais.

37. 3 votos - L014-E5-01 Elevar a importância e a força das vozes advindas dos territórios, considerando-as de maneira efetiva no processo de governança ambiental, assegurando a presença de povos e comunidades tradicionais nos espaços de decisão e deliberação; simplificar processos e garantir condições materiais de participação; transformar consulta em poder real; e instituir, na prática, o que a teoria comprova e o discurso reconhece: são os verdadeiros guardiões da sociobiodiversidade e responsáveis pela sustentabilidade dos biomas.

38. 3 votos - L017-E5-01 Implementação de governança participativa por meio de fórum permanente e espaço de convivência, destinados ao debate e formulação de políticas públicas, abrangendo representação dos seis eixos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A iniciativa promove participação social, transparência e controle social, integrando poder público e sociedade civil, com calendário anual de encontros para escuta, deliberação, planejamento e monitoramento contínuo.



39. 3 votos - L023-E5-01 Realizar visitas periódicas com a participação da comissão municipal dos ODS nas zonas urbanas e rurais para coleta de informações das necessidades sociais com o objetivo de implantar essas ações no planejamento da gestão municipal (PPA, LDO, LOA) e demais planos municipais, levando o conhecimento dos ODS.

40. 3 votos - L029-E5-01 Criar conselhos (grupos de trabalho) estáveis para o agronegócio, inovação, meio ambiente e inclusão com metas. Monitoramento contínuo apoiado pela FATEC e outras instituições de ensino e pesquisa.

41. 3 votos - L043-E5-01 Ampliar os recursos tecnológicos aliados ao saber popular para implementação das políticas públicas nos territórios.

42. 3 votos - L074-E5-01 Fortalecer conselhos municipais do idoso e de saúde por meio de capacitação, transparência e ampliação da participação social na formulação e avaliação de políticas públicas.

43. 3 votos - L077-E5-01 Garantir a representação migrante, com paridade de gênero, em conselhos e afins, assegurando a participação direta nas decisões de políticas públicas interseccionais com reconhecimento e valorização de trajetórias e saberes, atrelado ao fortalecimento dessa governança através de apoio financeiro e técnico à criação e consolidação de associações, e de programas de capacitação, mentoria e empoderamento político, especialmente para mulheres, jovens, comunidade LGBTQIA+, população negra e indígena.

44. 3 votos - L092-E5-01 Instituir o “Orçamento Participativo ODS” , permitindo que a população decida, por meio de plataformas digitais e audiências nos bairros e distritos, a aplicação de uma parcela do orçamento municipal em projetos que atendam diretamente às metas específicas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

45. 3 votos - L109-E5-01 Fortalecer e mobilizar os prefeitos e prefeitas, através da CNM e Ministérios Públicos sobre a importância dos ODS, com a criação da Lei Municipal para ser concretizada de forma efetiva as políticas públicas com a inclusão da sociedade civil, povos tradicionais, ONGs entre outros.

46. 3 votos - L138-E5-01 Instituir governança participativa com consórcios intermunicipais, PPPs e conferências territoriais, promovendo colaboração setorial entre poder público, iniciativa privada, academia e sociedade civil, garantindo transparência com monitoramento de indicadores e controle social, assegurando integração de perspectivas e implementação efetiva dos ODS com financiamento estável e participação cidadã contínua, alinhados aos ODS 5, 10, 11, 16, 17 e 18.

47. 3 votos - L140-E5-01 Garantir a promoção da governança participativa com escuta ativa nos territórios, aliada à análise qualificada das demandas e à formação cidadã da população, garantindo que as prioridades públicas reflitam necessidades reais e estruturantes, e não apenas demandas imediatas, com foco nos mais vulneráveis.



48. 2 votos - ERN-E5-01 Realizar um diagnóstico participativo com povos e comunidades tradicionais para promover a gestão territorial - incluindo unidades de conservação - e garantir o reconhecimento de seus territórios, águas, campos e florestas, em conformidade com o PL 131/2020 e no combate ao racismo ambiental e estrutural. Paralelamente, busca-se fortalecer a governança participativa por meio de uma legislação moderna e espaços amplos de discussão, assegurando a rastreabilidade das deliberações da conferência mediante mecanismos que monitorem se as propostas foram acolhidas, encaminhadas, incorporadas ou justificadamente não adotadas.

49. 2 votos - ETO-E5-01 Vincular a decisão de mérito das pautas de problemas públicos da agenda do governo com o termômetro das ruas em comissões já existentes. Somente assim haverá participação para além da escuta.

50. 2 votos - L005-E5-01 Recriação e institucionalização de conselhos nacionais e municipais de políticas públicas, garantindo participação da sociedade civil no que tange a fiscalização e planejamento, assim como formação na área de captação de recursos proporcionando a democratização com financiamentos de comissões e coordenadorias.

51. 2 votos - L016-E5-01 Aumentar a participação popular através da mobilização comunitária, com o fornecimento de equipamentos e infraestrutura com acessibilidade adequada para o desenvolvimento social local. Promoção de capacitação cidadão para garantir a participação nas decisões da cidade, como implementação de quintais produtivos para ser ambiente de relacionamento entre humanos e natureza, incluindo o respeito às diversidades, combate à discriminação, atendimento psicológico gratuito.

52. 2 votos - L022-E5-01 Criar um comitê gestor participativo e deliberativo para implementação dos ODS até 2030, com atualização contínua de dados e pesquisas. Ampliar serviços de acolhimento a vítimas de violência doméstica e instituir portal de monitoramento da violência contra a mulher. Garantir a realização periódica da Conferência de Transparência no município de Ananindeua.

53. 2 votos - L028-E5-01 Promover estudos colaborativos, proporcionando aprendizagem aos alunos e soluções inovadoras e eficazes para os desafios enfrentados pelos produtores.

54. 2 votos - L061-E5-01 Criação do sistema nacional dos ODS - com governança participativa, fundamentada na Carta da Terra. Que prevê regulamentação, uso de mecanismos jurídicos (intersetorial/governamental), controle social e espaços de escutas territoriais. Fortalecendo as redes locais, a garantia dos direitos humanos, e da Natureza. Assegurando educação socioambiental, agroecologia, diversidade étnica, racial, de gênero e multilateralismo. Garantindo a implementação efetiva de Cultura de Paz.

55. 2 votos - L062-E5-01 Tornar obrigatória a criação de Conselhos Paritários de ODS em todos os níveis de governo, assegurando a participação ativa e o poder

deliberativo da sociedade civil, movimentos sociais, setor privado e instituições acadêmicas, fortalecendo o controle social e garantindo o acompanhamento transparente e contínuo das metas da Agenda 2030.

56. 2 votos - L064-E5-01 Implementar programas de capacitação e educação cívica em Poços de Caldas, focando no empoderamento de mulheres, jovens e grupos étnico-raciais, com metodologias inclusivas aplicadas em escolas, espaços da sociedade civil e fóruns da gestão pública. O objetivo é promover a participação ativa nos processos decisórios, construindo instituições mais eficazes e cidades mais justas e sustentáveis.

57. 2 votos - L072-E5-01 Implementar ações de letramento em políticas públicas na educação básica, nas redes pública e privada, por meio de parcerias entre universidades e escolas, com palestras e atividades formativas . Prevê-se também a capacitação continuada de professores, visando fortalecer o conhecimento cívico, a participação cidadã e o alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

58. 2 votos - L099-E5-01 Fortalecer conselhos locais com paridade de gênero e raça, ampliando a participação popular nas decisões sobre políticas públicas. Incluir pautas de mulher, igualdade racial, idoso, criança e adolescente.

59. 2 votos - L107-E5-01 Instituir modelos de governança participativa com conselhos multissetoriais e paritários, integrando governo, sociedade civil, empresas e academia, para fortalecer a transparência, a tomada de decisão compartilhada e a implementação eficaz dos ODS nos territórios.

60. 2 votos - L111-E5-01 Reestruturar e fortalecer conselhos existentes (saúde, educação, assistência, meio ambiente), garantindo: formação continuada dos conselheiros, diversidade e representatividade social, acesso à informação qualificada e estrutura mínima de funcionamento.

61. 2 votos - L124-E5-01 Instituir, até 2027, o Fórum Municipal da Juventude como espaço permanente de participação social, com reuniões periódicas, representação de diferentes territórios e segmentos sociais, garantindo a escuta ativa e a incidência nas políticas públicas municipais.

62. 2 votos - L139-E5-01 Instituir Comitês Municipais dos ODS com composição paritária e multissetorial, integrados aos Conselhos de Políticas Públicas, garantindo escuta territorial contínua, formação cidadã, transparência e efetiva participação social.

Eixo 6 - Colaboração multisetorial e o financiamento da Agenda 2030

1. 23 votos - EMA-E6-01 Instituir uma plataforma digital pública que consolide oportunidades de financiamento, projetos, parcerias e qualificação voltadas à Agenda 2030, com transparência e otimização de recursos, integrando uma política de formação continuada para qualificar lideranças e organizações na captação, elaboração, gestão de projetos, estabelecimento de parcerias e prestação de contas, ampliando o acesso ao financiamento alinhado aos ODS.

2. 19 votos - L013-E6-01 Criar a Política Nacional de Voluntariado, com rede nacional que integre Estado, Empresas e Terceiro Setor. Prevê incentivos tributários para empresas que apoiem voluntariado qualificado para iniciativas de inclusão social. Fortalece a cooperação multissetorial e a participação de pessoas físicas, ampliando o impacto das políticas públicas nos territórios e reduzindo desigualdades.

3. 19 votos - L047-E6-01 Criação de uma plataforma que conecte empresas do setor privado a organizações sociais, permitindo destinar parte dos impostos diretamente a projetos alinhados aos ODS. A plataforma deverá garantir transparência, informando a origem dos recursos, os valores investidos e os resultados alcançados, assegurando maior controle, confiança e eficiência na aplicação dos recursos nas comunidades.

4. 18 votos - L011-E6-01 Instituir a Política Nacional de Mobilização do Capital Social, com rede de voluntariado, plataforma digital, trilhas formativas e banco nacional de talentos. A iniciativa conecta governo, sociedade e setor privado, impulsionando ações em inclusão produtiva, educação, mediação de conflitos e saúde, fortalecendo a gestão pública e ampliando o impacto territorial.

5. 15 votos - L094-E6-01 Instituir governança com participação e deliberação popular sobre o orçamento público, com transparência em tempo real sobre recursos e contratos. Prever a reversão de concessões que não cumpram função social e garantir o uso efetivo dos recursos da outorga para manutenção e cumprimento da Agenda 2030, priorizando o ODS 6, visando reduzir a pobreza e combater as desigualdades sociais.

6. 14 votos - L066-E6-01 Garantir financiamento público e a obrigação imprescritível de prevenção, mitigação e reparação financeira (mínimo de 30% dos lucros) por agentes públicos e privados responsáveis pelo ecocídio. Deve-se assegurar a autodeterminação e o poder de decisão dos povos e movimentos sociais no monitoramento das ações, criando um cadastro de infratores impedidos de acessar crédito público ou realizar novos empreendimentos.

7. 11 votos - L042-E6-01 Instituir programa com editais e financiamento voltados à extensão universitária em Escolas Técnicas e IES (públicas, privadas e comunitárias), com previsão no PPA e incentivos fiscais. O orçamento será gerido via fundo monitorado por fórum multissetorial, utilizando indicadores padronizados, dados desagregados e certificação pública para assegurar a sustentabilidade, transparência e o impacto territorial da Agenda 2030.

8. 11 votos - L102-E6-01 Orientar o uso de recursos multissetoriais tendo os ODS como pré-requisito para o financiamento de programas socioambientais, por meio do incentivo fiscal, com execução do terceiro setor e ampliação da obrigatoriedade de investimentos em P&D, para setores econômicos pertinentes, com governança de plataforma nacional, centralização de informações e transparência do uso de recursos para implementação da Agenda 2030.

9. 10 votos - ESC-E6-01 Criar modelos de governança colaborativa e relacional para promover, financiar e acompanhar a médio e longo prazo a multisetorialidade e a cooperação nos diferentes níveis federativos por meio de plataforma de financiamento com dados abertos, conectando oferta e demanda, criação de fundos híbridos estimulando a qualificação para a captação de recursos, consórcios intermunicipais vinculados ao capital natural e cultural.

10. 9 votos - EPA-E6-01 Instituir o Fundo ODS, com recursos públicos, privados, nacionais e internacionais, para financiar iniciativas territoriais dos ODS com prioridade para mulheres negras, indígenas, quilombolas, ribeirinhas e comunidades tradicionais. O Fundo deverá ter editais acessíveis, apoio técnico, protocolo claro de acesso, monitoramento com dados desagregados e criação do Selo Empresa ODS para incentivar práticas sustentáveis, tradicionais e inclusivas.

11. 8 votos - L088-E6-01 Criar “Plataforma Município Ativo” conectando demandas locais a fontes de investimento - governo, empresas e fundos com participação da academia, sociedade civil, com gestão compartilhada. Aplicativo centraliza ofertas de capital e entregas, assegurando transparência e agilidade na gestão pública. Com um marketplace de impacto transformamos necessidades em projetos atrativos, impulsionando a sustentabilidade e prosperidade econômica regional focando nos ODS.

12. 7 votos - L010-E6-01 Fortalecimento do Marco Regulatório do ESG para o Desenvolvimento Sustentável (MRESG), lançado durante o evento em sua primeira etapa, acompanhado de relatório executivo. A proposta posiciona o MRESG como política pública estruturante, voltada à convergência interinstitucional e multissetorial, com foco na simplificação e integração normativa.

13. 6 votos - ESE-E6-01 Estabelecer plataformas de captação contínua para lideranças locais, facilitando acesso e gestão de editais de organismos internacionais. Ao democratizar o conhecimento sobre captação de recursos e compliance financeiro, reduzimos desigualdades na distribuição de financiamentos. Isso fortalece instituições base, permitindo que executem projetos da Agenda 2030 com maior segurança jurídica e responsabilidade fiscal eficiente.

14. 6 votos - L056-E6-01 Instituir mecanismos que garantam acesso direto da comunidade a recursos de fundos territoriais, editais simplificados e microfinanciamentos por meio de fóruns multissetoriais, capacitando lideranças locais e articular parcerias com todos os setores assegurando transparência, participação social, priorizando iniciativas comunitárias e populações vulnerabilizadas com plataformas de projetos locais, valorização da cultura local e ambientes saudáveis.

15. 6 votos - L077-E6-01 Criar um Fundo Nacional para Migrações, Refúgio, Apatridia, Deslocamento Internacional e Interno, com dotação orçamentária própria garantida na LDO e LOA, gerido por um Conselho Nacional deliberativo tetrapartite (Sociedade Civil, Governo, Setor Privado e beneficiários). O fundo servirá para garantir recursos permanentes para políticas públicas voltadas a populações acima descritas, evitando que as ações dependam apenas de projetos temporários ou emergenciais.

16. 6 votos - L089-E6-01 Unir setores para financiar a Agenda 2030, fazendo poluidores arcarem com a conta. O foco é garantir saneamento básico, reflorestar áreas degradadas e recuperar nascentes no campo. Transformar passivos em investimento social, proteger ecossistemas e educar comunidades. Colaborar é o caminho para assegurar água limpa, matas restauradas e um futuro digno e sustentável sem deixar ninguém para trás.

17. 6 votos - L126-E6-01 Elaboração de diagnósticos multissetoriais com incorporação de iniciativas existentes, desenvolvidas pela educação da base ao ensino superior e pela iniciativa privada, sendo que estes diagnósticos sejam adequados aos critérios exigidos em editais/chamadas das fontes de recursos financeiros para obtenção financiamentos em prol do desenvolvimento sustentável local.

18. 6 votos - L129-E6-01 Criar mecanismos de financiamento para adaptação climática em territórios vulneráveis, incluindo fundos específicos, parcerias público-privadas e cooperação com organizações da sociedade civil, priorizando ações estruturantes e de longo prazo.

19. 6 votos - L134-E6-01 Da sociedade de consumo à educação para o desenvolvimento sustentável: criar materiais pedagógicos integrados aos eixos curriculares da educação básica e capacitar professores em rede nacional, com financiamento articulado entre MEC, secretarias estaduais e setor privado. Desenvolver senso crítico de estudantes sobre consumo, finanças, sustentabilidade e relações de produção, formando uma geração capaz de transformar as relações de consumo no país.

20. 5 votos - L004-E6-01 Instituir o financiamento tripartite — com aportes das três esferas de governo — mediante a descentralização de recursos para um Fundo de Desenvolvimento Sustentável, visando assegurar ações para atender os ODS e Metas da Agenda 2030.



21. 5 votos - L022-E6-01 Constituir plataforma pública de apresentação e assessoria de ações, programas e projetos, integrando banco de iniciativas ao Programa Cidades Verdes Resilientes (PCVR), para fomentar estratégias multissetoriais de desenvolvimento sustentável e acesso a financiamento global. Promover impacto ambiental e territorial, fortalecimento institucional, acesso à justiça e construção de sociedades inclusivas, alinhadas aos ODS 16 e 17.

22. 5 votos - L044-E6-01 Garantir, no âmbito do Governo Federal, a criação do Sistema Nacional de Financiamento e Parcerias para a Agenda 2030, com fundo específico para os ODS, incentivos ao investimento de impacto e governança colaborativa entre Estado, sociedade civil e setor privado, com metas, monitoramento e transparência até 2030.

23. 5 votos - L086-E6-01 Incorporação do modal ferroviário na mobilidade urbana da RMBH e entorno, com participação dos Governos: Municipais, Estadual e Federal.

24. 5 votos - L108-E6-01 Implementar soluções descentralizadas de acesso à água, energia limpa e comunicação em comunidades isoladas.

25. 4 votos - ERR-E6-01 Criação de Fundo Híbrido de Impacto Social para que tenha financiamento aos ODS e Comitê Gestor com objetivo de captar e gerir recursos diversificados para projetos sociais, com participação tripartite para fortalecer a agenda 2030.

26. 4 votos - L003-E6-01 Instituir o Programa Municipal de Cooperação e Financiamento para o Desenvolvimento Sustentável, fortalecendo parcerias entre poder público, sociedade civil e setor privado. Ampliar acesso ao crédito, apoiar a agricultura familiar, economia solidária e inclusão produtiva, captar recursos e incentivar compras institucionais (PNAE/PAA), promovendo geração de renda e desenvolvimento local alinhado aos ODS.

27. 4 votos - L015-E6-01 Aprovar e implementar um novo pacto federativo de financiamento do SUAS, com corresponsabilidade entre União, estados e municípios, garantindo repasses regulares e suficientes para fortalecimento da sustentabilidade da proteção socioassistencial, em alinhamento à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, com apoio à aprovação da PEC 383/2017 como instrumento estruturante para assegurar financiamento estável e contínuo.

28. 4 votos - L021-E6-01 Implementar um sistema integrado de denúncia e resposta para exploração infantil em espaços públicos, por meio de canal unificado (disque-denúncia), articulando Ministério Público, Conselhos Tutelares, segurança pública, empresas e ONGs, garantindo retirada imediata das crianças dessa situação, acolhimento e encaminhamento familiar a serviços especializados, com financiamento colaborativo e ações intersetoriais.

29. 4 votos - L023-E6-01 Criar uma Comissão Municipal de Fundo para os ODS que terá uma composição multisetorial com a função de captar recursos, articular

parceiros, apoiar a comunidade para submissão de editais, emendas 3 e elaborar banco de dados de projetos que valorize a produção, saberes e necessidades do território.

30. 4 votos - L046-E6-01 Implementar núcleos bioregionais de governança que promovam emancipação e inovação territorial, integrando agroecologia, tecnologia social e popularização da ciência, com escuta ativa dos territórios, para enfrentar mudanças climáticas e impactos socioeconômicos e ambientais, impulsionando transição ecológica e economia sustentável, com financiamento público-comunitário transparente, protegendo saberes locais e fortalecendo inclusão, cooperação e desenvolvimento sustentável com governança participativa efetiva de base territorial.

31. 4 votos - L055-E6-01 Instituir e implementar mecanismos para a captação de recursos (financeiros e em geral) que garantam inclusão social sustentável, por meio de parcerias multissetoriais entre poder público , setor privado e sociedade civil, para apoiar projetos e capacitações , com base nos ODS, ampliando e garantindo a utilização eficiente, eficaz e efetiva dos recursos públicos e privados, priorizando iniciativas locais e regionais.

32. 4 votos - L112-E6-01 Implantação de programa integrado de gestão de resíduos sólidos, com planejamento estratégico de aterros sanitários, coleta seletiva, educação ambiental e inclusão socioprodutiva de trabalhadores catadores. A iniciativa articula universidades, poder público e setor privado, com financiamento por recursos públicos e parcerias, visando reduzir impactos ambientais, fortalecer a governança e gerar trabalho e renda.

33. 3 votos - EPI-E6-01 Criar Fundo Estadual acelerador da Agenda 2030, fortalecendo a captação de recursos internacionais via agências de cooperação, incentivando o Blended Finance para projetos de agricultura sustentável e indústrias verdes de base comunitária, bem como institucionalizar mecanismos de financiamento multissetorial integrando recursos privados e internacionais, garantindo a execução de projetos territoriais resilientes e de impacto direto nas metas da Agenda 2030.

34. 3 votos - ETO-E6-01 Capacitação técnica para captação de recursos nacionais e internacionais. Implementar um programa de assessoria técnica, coordenado por uma Comissão Organizadora Estadual, para capacitar servidores públicos, gestores municipais e líderes locais na elaboração de projetos voltados a fundos globais de financiamento climático e social.

35. 3 votos - L002-E6-01 Garantir a retirada imediata de invasores de Terras Indígenas e a manutenção de operações contínuas de fiscalização, assegurando segurança alimentar, redução da mortalidade infantil, promoção da saúde e proteção dos modos de vida tradicionais.

36. 3 votos - L005-E6-01 Criação do fundo nacional para a agenda 2030.

37. 3 votos - L025-E6-01 Criar um Fundo de Impacto para os ODS em cada Estado, mobilizando recursos públicos e privados com foco em resultados, por meio de monitoramento de indicadores e transparência na aplicação dos recursos. Fortalecer parcerias com bancos públicos, como BNDES, BNB, BB e Caixa, e empresas públicas.

38. 3 votos - L051-E6-01 Instituir o Programa de Gestão da Sustentabilidade Humana e Bem-Estar Integral Corporativo "Grão Destino" no âmbito do Município de Guarulhos, estabelecendo diretrizes para saúde integral ocupacional, a pacificação de conflitos e o subsídio cruzado para empresas e microempreendedores, em alinhamento com a Agenda 2030 da ONU.

39. 3 votos - L062-E6-01 Criar a SENODS como órgão estratégico para coordenar a Agenda 2030, garantindo financiamento contínuo por meio de percentual fixo do orçamento público da União, destinado ao fomento de iniciativas públicas e privado, especialmente aquelas desenvolvidas por Organizações da Sociedade Civil, assegurando recursos estáveis para ações de impacto social, ambiental e econômico com execução monitorada.

40. 3 votos - L074-E6-01 Estabelecer parcerias entre poder público, instituições de ensino e sociedade civil para implementar programas de promoção do envelhecimento saudável com foco em prevenção, reabilitação e inclusão social.

41. 3 votos - L099-E6-01 Garantir financiamento para saúde, educação, habitação, cultura, esporte e lazer, com uso de recursos da Operação Urbana. Apoiar o 3º setor na Agenda 2030, ampliar equipamentos públicos e implantar Centros da Mulher e Igualdade Racial, com gestão participativa e transparência.

42. 3 votos - L107-E6-01 Instituir mecanismos de financiamento multissetorial com participação de governo, setor privado, sociedade civil e organismos internacionais, priorizando territórios em biomas estratégicos, como Amazônia, Pantanal e Cerrado, incluindo comunidades tradicionais e periféricas, garantindo recursos adequados, transparência e apoio à implementação da Agenda 2030 e à resiliência climática.

43. 3 votos - L135-E6-01 Aprovação de legislação federal que vincule programas governamentais aos ODS nos instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA), com sistema de marcação orçamentária que identifique metas atendidas e estabeleça percentuais mínimos por ODS, conforme necessidades territoriais, e institua sistema nacional participativo para deliberação sobre alocação de recursos, com caráter deliberativo vinculante e transparência.

44. 2 votos - L054-E6-01 Colaboração multissetorial e financiamento da Agenda 2030- Concessões Sustentáveis Obrigatoriedade de cláusulas de desempenho em contratos de concessão e PPP atrelados aos ODS, com parte da remuneração do contrato revertida para o cumprimento de 1 ou mais metas .O não cumprimento da cláusula incide em multa ou rescisão contratual. A partir dessa boa prática, com



monitoramento do atingimento de metas, captar recursos e parcerias com organismos e entidades internacionais.

45. 2 votos - L057-E6-01 Garantia da criação de Comitês Municipais de Captação de Recursos pelo Poder Executivo para a implementação da Agenda 2030, com atribuições que incluam a divulgação de editais, oferta de consultorias e promoção de capacitações para as OSCs - Organizações da Sociedade Civil.

46. 2 votos - L059-E6-01 Instituir fundo regional multissetorial para financiar a Agenda 2030, com comitê gestor e captação de recursos públicos, privados e internacionais, assegurando governança participativa e prioridade a comunidades e aldeias em situação de vulnerabilidade social, ambiental e econômica.

47. 2 votos - L078-E6-01 Instituir plataforma multissetorial para mapear e divulgar projetos universitários em linguagem acessível, conectando-os a financiadores públicos, privados e organismos internacionais. Desta forma, integrar indicadores de impacto alinhados aos ODS e criar certificação para parceiros financiadores, promovendo transparência, colaboração entre universidade, empresas, ONGs e governo, e ampliando a captação de recursos para Agendas Globais.

48. 2 votos - L092-E6-01 Estabelecer uma parceria público-privada entre a Prefeitura, cooperativas e empresas locais para o financiamento de sistemas de energia limpa (solar ou biomassa) em prédios públicos e comunidades rurais, criando um fundo municipal rotativo para reinvestir a economia gerada em novas ações de sustentabilidade.

49. 2 votos - L093-E6-01 Mapear médias e grandes empresas presentes em territórios periféricos, incentivando investimentos sociais e parcerias com governo e sociedade civil para financiar e apoiar ações da Agenda 2030. A proposta busca fortalecer projetos locais, ampliar oportunidades nos territórios e contribuir para redução das desigualdades, desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida da população.

50. 2 votos - L109-E6-01 Reforçar a parceria global (municípios, estado e união) para o Desenvolvimento Sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhe conhecimentos, expertises, tecnologia de domínio público e recursos financeiros, industrializando os recursos naturais no território nacional, onde foi extraído para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países particularmente no país em desenvolvimento.

51. 2 votos - L111-E6-01 Criar um fundo nacional que integre recursos públicos, investimentos privados, cooperação internacional, com uso de instrumentos como: títulos sustentáveis (green bonds), parcerias público-privadas e incentivos fiscais para projetos alinhados aos ODS.

52. 2 votos - L124-E6-01 Implementar, até 2028, o programa municipal 'Empresa Amiga da Juventude', com incentivo à adesão de empresas locais para oferta de oportunidades de formação profissional e inserção no mercado de trabalho para adolescentes, em articulação com o Programa Jovem Aprendiz.

53. 2 votos - L137-E6-01 estabelecer fundos multissetoriais, ppps, na forma de consórcios regionais, com captação dos recursos necessários (organismos nacionais e internacionais), com colaboração multisetorial, envolvendo governo, empresas e oscs, visando ampliar os financiamentos da agenda 2030, com esforços coletivos, alinhados aos ODS 8, 9, 13, 16, 17, 18, fortalecendo a integração da federação, estados e municípios com banco de dados atualizados.

54. 2 votos - L140-E6-01 Instituir modelo de governança participativa em água e saneamento, combinando observatório permanente com ciclos territoriais de escuta e pactuação, para monitorar serviços, incorporar demandas sociais e induzir soluções prioritárias, com produção de evidências, transparência e acompanhamento sistemático de compromissos firmados entre sociedade, gestores e prestadores.

